

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**KARINE RODRIGUES FIRMINO**

***OUTSIDERS* NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE  
2014 E 2018**

***OUTSIDERS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE  
2014 E 2018***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol- UFSCar) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Instituição Financiadora: CAPES

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao financiamento da CAPES\*<sup>1</sup>, no início desta pesquisa, que foi fundamental para a realização desta.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy por aceitar me orientar e por toda a paciência, compreensão e prontidão Obrigada por todo apoio e pelos ensinamentos durante este percurso intenso do mestrado.

À Profa. Dra. Maria do Socorro Braga, por além de ter dado sugestões valiosas para este trabalho, me deu muito suporte durante a minha trajetória no PPGPol.

À Profa. Dra. Simone Diniz pelas oportunidades e confiança no meu trabalho na Teoria & Pesquisa.

Ao Prof. Dr. Bruno Speck às contribuições feitas no início desta investigação e os ensinamentos sobre organizações e financiamento partidário e eleitoral.

Ao Prof. Dr. Adriano Codato por aceitar fazer parte dessa banca;

E pela Profa. Dra. Silvana Krause por aceitar ser suplente na banca. Ao Prof. Vinicius Alves pelos ensinamentos sobre metodologia.

E a todo PPGPol que marcou de maneira positiva a minha trajetória.

Às minhas colegas Mariana Boni e Cinthia Dalcin que foram essenciais em tempos difíceis e à minha amiga Rafaella Jaeder por todo apoio e compartilhamento de alegrias e tristezas.

Ao meu grande amigo Rodolfo Bassani, que me deu muito suporte e acolhimento durante momentos turbulentos.

Aos meus amigos do Grupo de Investigación en Ciencia Política da Universidad de Buenos Aires, que sempre me incentivaram a seguir com o trabalho. Agradeço especialmente ao meu companheiro de artigos Sergio Gamboa Troyano, à Daniel Lutzky, Nicolas Juan Seligmann e claro à doce Candella e Stefania, grandes inspirações.

À minha irmã Karoline Rodrigues Firmino que sempre me inspirou e me apoiou.

À minha psicóloga Fiamma Diaz Amaral por ter me apoiado a continuar, mesmo diante de tantos desafios.

À amiga Carolina Sato por me ensinar que às vezes precisamos abrir mão do trabalho ideal para o viável e possível,

À Luana Camussi por acolher meus receios e minha alegria depois da qualificação.

À Profa. Débora Diniz, que através das banquinhas de domingo ensinou lições valiosas sobre o ser e estar na academia.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos meus professores de música que ensinaram há anos que trabalhos bons passam por um processo de maturação é necessário muita paciência e persistência para colher os frutos.

À Rafael Burger, que no processo final deste trabalho ter me dado muito apoio.

Aos meus pais, que não puderam continuar os estudos, mas, à sua maneira, me deram suporte e a ambição de sempre seguir estudando.

E a tod@s @s pesquisador@s que me inspiraram e atravessaram este trabalho e minha trajetória de uma forma que me deu muita força.

Sem auxílio, apoio e acolhimento dificilmente chegamos a algum lugar. Obrigada a tod@s que confiaram em mim e me deram todo o suporte necessário.

*“(...) o jogo do poder é sutil, fugaz, frequentemente ambíguo”*

***Angelo Panebianco***

“ Quando o ingresso na atividade parlamentar ocorre após um longo tempo de treinamento - cargos públicos, vida partidária, campanhas eleitorais-, que, junto aos vínculos firmados, confere ao candidato o reconhecimento necessário para postular sua escolha, estamos diante de uma classe política sedimentada. Ao contrário, se a oportunidade de ser deputado com frequência *se oferece a indivíduos com uma escassa experiência política, que se aventuram com êxito na política*”

***André Marengo***

## RESUMO

As eleições de 2018 marcaram a política brasileira, pois promoveram uma série de rupturas nos padrões de formação de governo e oposição. Na mídia, aquelas eleições foram “o tempo dos *outsiders*”. Este fenômeno ainda é pouco estudado na Ciência Política de forma independente sem estar associado a fenômenos como o populismo e a antipolítica (BARR, 2009). Os poucos estudos existentes estão focados em candidatos do poder executivo e eleições majoritárias, existe pouco material sobre a ocorrência de *outsiders* nos parlamentos. Diante disso, essa pesquisa se dedica a investigar a entrada de *outsiders* na Câmara dos Deputados em 2014 e 2018. Argumentamos que *outsiders* não são simplesmente novatos (*newcomers*) na Câmara Federal e que tampouco pode-se assumir de que se trata de rebeldes políticos. Os resultados mostram que houve um crescimento significativo de *outsiders* na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018 em relação à 2014, sendo os partidos de direita os que mais elegeram *outsiders*. Nesta pesquisa discutimos os desafios teóricos em definir quem são *outsiders* na política brasileira; recorreremos aos estudos sobre carreira e profissão no Brasil, para estabelecer os filtros de inclusão e exclusão dos parlamentares na categoria de *outsiders*, para assim caracterizar e localizar estes atores no sistema político brasileiro.

**Palavras-chave:** Representação política, elites políticas e partidárias; eleições de 2018; eleições de 2014; Câmara dos Deputados; *outsiders*; carreiras políticas.

## ABSTRACT

The 2018 elections marked Brazilian politics, as they promoted a series of ruptures of patterns of government formation and opposition. In the media, those elections were "the time of outsiders". This phenomenon is still little studied in Political Science independently without being associated with phenomena such as populism and antipolitics (BARR, 2009). The few existing studies are focused on executive candidates and majority elections, there is little material on the occurrence of outsiders in parliaments. Therefore, this research is dedicated to investigating the entry of outsiders in the Chamber of Deputies in 2014 and 2018. We argue that outsiders are not simply newbies (newcomers) in the Federal Chamber and that neither can they be assumed to be political rebels. The results show that there was a significant growth of outsiders in the Chamber of Deputies in the 2018 elections compared to 2014, with the right-wing parties being the ones that elected more outsiders. In this research we discuss the theoretical challenges in defining who are outsiders in Brazilian politics; we resort to studies on career and profession in Brazil, to establish the filters of inclusion and exclusion of parliamentarians in the category of outsiders, to characterize and locate these actors in the Brazilian political system.

**Keywords:** Political representation, political and party elites; 2018 elections; 2014 elections; House of Representatives; outsiders; *political careers*.

## RESUMEN

Las elecciones de 2018 marcaron la política brasileña, pues promovieron una serie de rupturas de estándares de formación de gobierno y oposición. En los medios de comunicación, esas elecciones fueron "*el tiempo de los forasteros*". Este fenómeno aún es poco estudiado en la Ciencia Política de forma independiente sin estar asociado a fenómenos como el populismo y la antipolítica (BARR, 2009). Los pocos estudios existentes se centran en candidatos del poder ejecutivo y elecciones mayoritarias, hay poco material sobre la ocurrencia de outsiders en los parlamentos. Ante eso, esa investigación se dedica a investigar la entrada de outsiders en la Cámara de los Diputados en 2014 y 2018. Argumentamos que los forasteros no son simplemente novatos (recién llegados) en la Cámara Federal y que tampoco se puede asumir que se trata de rebeldes políticos. Los resultados muestran que hubo un crecimiento significativo de outsiders en la Cámara de los Diputados en las elecciones de 2018 en relación a 2014, siendo los partidos de derecha los que más eligieron outsiders. En esta investigación discutimos los desafíos teóricos en definir quiénes son outsiders en la política brasileña; recurrimos a los estudios sobre carrera y profesión en Brasil, para establecer los filtros de inclusión y exclusión de los parlamentarios en la categoría de *outsiders*, para así caracterizar y localizar a estos actores en el sistema político brasileño.

**Palabras clave:** Representación política, élites políticas y partidarias; elecciones de 2018; elecciones de 2014; Cámara de Diputados; outsiders; carreras políticas.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: <i>Outsiders</i> eleitos em 2014 e 2018 e variação comparativa...	50
QUADRO 3: Quantidade de parlamentares eleitos por partido nos anos de 2014 e 2018 e total das bancadas eleitas pelo Partido.....	56-57
QUADRO 3: Número de <i>outsiders</i> mulheres e <i>outsiders</i> homens eleitos nos anos de 2014 e 2018 e sua variação percentual...	62

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: PERCENTUAL DE CANDIDATURAS NEGRAS NAS ELEIÇÕES DE 2014 (TODOS OS CARGOS).	25
GRÁFICO 2: PERCENTUAL DE HOMENS E MULHERES <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE 2014...	60
GRÁFICO 3: GÊNERO DE <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE 2018...	57
GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) NOS ANOS DE 2014 E 2018 À CÂMARA DOS DEPUTADOS E PERCENTUAL DE VARIAÇÃO ESTATÍSTICA...	61
GRÁFICO 5: HISTOGRAMA COM AS IDADES DOS (AS) <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) NAS ELEIÇÕES DE 2014 PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS...	62
GRÁFICO 6: IDADE DOS (AS) <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) NAS ELEIÇÕES DE 2018.....	63
GRÁFICO 7: OCUPAÇÃO PROFISSIONAL ANTERIOR DE <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) EM 2014...	64
GRÁFICO 8: OCUPAÇÃO PROFISSIONAL ANTERIOR DE <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) À CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018...	65
GRÁFICO 9: ESCOLARIDADE DOS (AS) <i>OUTSIDERS</i> DE 2014...	66
GRÁFICO 10: ESCOLARIDADE DOS (AS) <i>OUTSIDERS</i> ELEITOS (AS) EM 2018...	67
GRÁFICO 11: <i>OUTSIDERS</i> QUE PARTICIPARAM DE MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA E QUE FORAM ELEITOS (AS) EM 2018...	68

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Tipologia de <i>outsiders</i> de Carreras (2012).	18
FIGURA 2: Definição de <i>insiders</i> , <i>newcomers</i> e <i>outsiders</i> .....	37

## **LISTA DE SIGLAS**

AVANTE – PARTIDO AVANTE

DEM – DEMOCRATAS

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PCDOB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

CIDADANIA – PARTIDO CIDADANIA

PV – PARTIDO VERDE

PP – PROGRESSISTAS

PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PRTB – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO

PODE – PODEMOS

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL

REPUBLICANOS – PARTIDO REPUBLICANOS

PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E

LIBERDADE PL – PARTIDO LIBERAL

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PATRIOTA – PARTIDO PATRIOTA

PROS – PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL

SD – SOLIDARIEDADE

STF- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

NOVO – PARTIDO NOVO

REDE – REDE SUSTENTABILIDADE

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: Como definir o outsider político?</b>	<b>16</b>
1.1 Um mapa do tema	16
1.1.2. Antes da emergência eleitoral de políticos outsiders: a escolha dos partidos 19	
<b>1.2 PRIMEIRAS DISTINÇÕES SOBRE OUTSIDERS NA LITERATURA DA CIÊNCIA POLÍTICA</b>	<b>26</b>
1.3 COMO DEFINIR UM (A/E) OUTSIDER POLÍTICO (A/E) NO CONTEXTO BRASILEIRO?	31
1.3.1 As diferentes conceitualizações de renovação política	33
<b>CAPÍTULO 2: INDICADORES, VARIÁVEIS, COLETA DE DADOS E A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE OUTSIDERS</b>	<b>37</b>
2.1 TIPO DE PESQUISA	37
2.2 POR QUE A CÂMARA DOS DEPUTADOS?	37
2.3 CATEGORIAS, VARIÁVEIS E INDICADORES	38
2.3.1 POSSÍVEIS FONTES DO CAPITAL POLÍTICO	39
2.3.2 CAPITAL POLÍTICO ORIGINÁRIO: O CAPITAL FAMILIAR	41
2.3.3 MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA: UMA NOVIDADE NA DINÂMICA POLÍTICA BRASILEIRA NO ANO DE 2018	43
2.3.4 ESPECIFICIDADES REGIONAIS	44
2.3.5 PARTIDO E TIPO DE CANDIDATO (A/E)	45
2.3.6. O PESO DO FINANCIAMENTO	46
2.4 MATERIAIS E MÉTODOS	47
<b>CAPÍTULO 3: ANÁLISE DOS OUTSIDERS ELEITOS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014 E 2018</b>	<b>49</b>
3.1 COMPARAÇÃO DOS DADOS DE 2014 E 2018	49
3.2 HOMENS E MULHERES OUTSIDERS	54
3.4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ELEIÇÃO DE OUTSIDERS EM 2014 E 2018	58
3.5 FAIXA ETÁRIA	60
3.6 OCUPAÇÃO PROFISSIONAL	62
3.7 ESCOLARIDADE	65
3.8 MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA (2018)	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>79</b>
PSL: COMPOSIÇÃO SOCIAL E ASPECTOS PROGRAMÁTICOS GERAIS DO PARTIDO	79
PARTIDO NOVO: COMPOSIÇÃO SOCIAL PROGRAMÁTICOS GERAIS DO PARTIDO E ASPECTOS	82
PRB: COMPOSIÇÃO SOCIAL E ASPECTOS PROGRAMÁTICOS GERAIS DO PARTIDO	87
<b>ANEXO A</b>	<b>91</b>

<b>ANEXO B</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO C</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO D</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO E</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO F</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO G</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

Considerada um dos “*perigos do presidencialismo*”, a ascensão de *outsiders* é geralmente interpretada como um sinal de “*crise democrática*” ou um possível indicador de insatisfação do eleitorado com seus representantes.

As eleições brasileiras de 2018 foram consideradas por analistas e estudiosos como uma eleição disruptiva, e, por grande parte dos jornalistas políticos, como um “*tsunami eleitoral*” (MEDEIROS, 2019) e considerada por alguns analistas como o “*tempo dos outsiders*”.

As novidades trazidas por esta eleição vão muito além da vitória de Jair Bolsonaro, na época eleito por um partido que até então era “*irrelevante*” na disputa eleitoral, o PSL, que se tornou o partido com a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados (CATELANO & CURI, 2021).

Para os politólogos estas eleições além de serem “*desviantes*”, proporcionaram uma maior fragmentação partidária na Câmara dos Deputados e uma alternância da correlação dos partidos; além da alteração do padrão de formação de governo e oposição, estabelecidos desde 1994, com a disputa polarizada entre PT e PSDB, tendo o MDB como um partido pivô na formação de coalizões (ABRANCHES, 2021).

Além de desafiar muitas análises sobre a importância da propaganda política tradicional, especialmente a propaganda eleitoral no rádio e na TV e lançar luz sobre o fenômeno do efeito das redes sociais nas eleições e na política brasileira, tornando evidente, assim, as consequências sociais e política proporcionadas pela transformação digital (MEDEIROS, 2019), trazendo novas formas de participação e organização política, tendo efeitos na própria representação política, como discutem Barbera, Sandri, Correa e Rodriguez-Teruel (2021), sobre as transformações ocorridas nos partidos políticos europeus nos últimos anos, com a chegada da Era Digital.

Em meio a estas transformações, no contexto brasileiro e na legislação eleitoral, as eleições de 2018 experimentaram pela primeira vez, novas formas de modelos de arrecadação de recursos (o crowdfunding), além de algumas novidades advindas da Minirreforma eleitoral de 2017 (CAMPOS & MESQUITA, 2019).

Neste cenário, estes elementos combinados ao fenômeno de ascensão de movimentos conservadores e de direita no Brasil (VELASCO e CRUZ, KAYSER & CODAS, 2015; MADEIRA & QUADROS, 2018) ocasionou uma transformação no “*mercado eleitoral brasileiro*” (CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015).

A grande adesão ao termo *outsiders*, veio junto com outros vocábulos políticos. Para os movimentos que estavam acontecendo, o termo *outsider* é usado como sinônimo de anti-política, “*inimigos de Brasília*”, populistas, tudo para procurar definir a atitude desviante dos candidatos que, naquele momento, faziam coro ao rechaço à política tradicional, tentando atrair, assim, os votos do eleitorado insatisfeito com a política <sup>1</sup>.

A união destes termos para tentar definir fenômenos de insatisfação política geraram uma confusão conceitual, unidos a uma atitude, por partes dos estudiosos, em não definir exatamente o que seria um *outsider* político (BARR, 2009; CARRERAS, 2012; PICUSSA 2021).

Carreras (2012) aponta motivações teóricas para o estudo de *outsiders*, primeiro pelo fato de que grande parte dos estudiosos condenam a ascensão de tais atores nos sistemas políticos democráticos, porque eles representam um “*perigo*”; e este fenômeno esteve bastante associado aos regimes presidencialistas, que na perspectiva de Linz (1994) seriam os regimes mais suscetíveis à ocorrência de políticos *outsiders*.

Linz (1994) foi um dos primeiros a identificar este fenômeno, e o classificou como um dos perigos do presidencialismo. Suárez (1982) apontou as consequências negativas da eleição de outsiders, que trariam dificuldades para a governabilidade, além da queda nos índices de qualidade da democracia, diante do fato que *outsiders* diminuem a eficiência do poder executivo, por falta de expertise política, além de aumentar o personalismo político, segundo o autor e de causar conflitos exacerbados entre o poder executivo e o poder legislativo, ocasionando instabilidade política na área governamental.

E para além da paralisia e crise de governabilidade, estes atores “*de fora*” têm a possibilidade de ocasionar mudança e instabilidade nos sistemas partidários (CARRERAS, 2012). Nesse sentido, Carreras (2012) propõe o estudo da ascensão de outsiders às presidências na região da América Latina e quais as motivações e consequências políticas deste fenômeno para as democracias de regimes presidencialistas.

---

<sup>1</sup> Tal estratégia é chamada na política estadunidense como “*outsiderism*”, que consiste exatamente no comportamento de políticos em se apresentarem como outsiders, pessoas diferentes e que, portanto, trariam a transformação política desejada por uma parte do eleitorado (BOUMA, 2016).

Existem poucos estudos sobre *outsiders* no poder legislativo; ao considerar que líderes *outsiders* são formados por movimentos políticos e, normalmente, precisam de apoio para sustentar seus mandatos, o estudo de *outsiders* nos Parlamentos é uma agenda de pesquisa relevante para entender este fenômeno na representação política e no sistema político como um todo (PICUSSA, 2021).

Para compreender este fenômeno no legislativo brasileiro, tomamos como objeto da análise os (as) *outsiders* eleitos (as) para a Câmara dos Deputados nos anos de 2014 e 2018.

No primeiro capítulo deste trabalho apresentamos a definição de outsider político. Recorremos à literatura sobre carreiras e profissões políticas para caracterizar esse tipo de ator político na realidade brasileira. Nesta seção diferenciamos *outsiders* de novatos. Um novato nem sempre é outsider, isso porque o novato (*newcomers*) pode ser um indivíduo que ingressou na política utilizando os mesmos meios de políticos veteranos, como capital político familiar, a ocupação prévia em cargos eletivos nos legislativos ou executivos subnacionais.

Discutiremos tais questões no capítulo 2, onde explicamos as variáveis e indicadores utilizados na operacionalização do conceito de *outsider* político na realidade brasileira. Neste capítulo apresentamos variáveis que apresentam-se como relevantes para o estudo do tema, mas que não foram operacionalizados neste trabalho, por uma questão de viabilidade, mas que entendemos como variáveis e indicadores que podem revelar pontos importantes sobre o fenômeno de *outsiders* na política brasileira, como a variável raça e etnia, tendo em vista que em 2018 além do alto número de *outsiders* eleitos por partidos de direita, foi eleita primeira mulher indígena parlamentar na Câmara Federal, Joana Wapina (REDE); e os dados sobre financiamento de determinado (a) *outsider*.

No Capítulo 3 apresentamos a análise empírica e os dados analisados das eleições de 2014 e 2018. E, por fim, apresentamos as considerações finais.

# CAPÍTULO 1: Como definir o *outsider* político?

## 1.1 Um mapa do tema

Não existe consenso na literatura acerca do termo *outsider*. Além de haver uma confusão semântica em torno do vocábulo que, na maioria das vezes, é associado a outros fenômenos como a política *anti-establishment* e ao populismo (BARR, 2009, CARRERAS, 2012; PICUSSA, 2021) também existe uma dificuldade numa definição que na maioria das vezes está associada com outro termo de uso genérico: a renovação política, que será conceituado e discutido na sua relação com o fenômeno de *outsiders*, mais adiante.

Na revisão de escopo da literatura realizada por Picussa (2021), a pesquisadora analisa como os artigos sobre *outsiders*, publicados nas plataformas *Scopus Elsevier* e *Web of Science*, não se preocupam em definir ou tratar o termo com precisão. A autora identificou que apenas 35% dos textos ofereceram uma definição de *outsider*.

Além do *déficit* de conceituação, apenas 18% dos artigos tiveram como tema central a análise dos *outsiders*; 55 % eram estudos de caso. Uma das possíveis motivações para essa escassez conceitual é o tratamento do fenômeno de forma *ad hoc*, ou seja, de maneira acessória para entender outros fenômenos como a antipolítica e o populismo (PICUSSA, 2021), vistos pela literatura como manifestações mais relevantes para entender o cenário emergente de crise da representação e crise democrática (PRZEWORSKI, 2018; MOUNK, 2018; WEFFORT & MOISÉS, 2020).

Além disso, os estudos estão focados em entender os casos de sucesso de lideranças políticas em eleições majoritárias para cargos eletivos (64%). Poucas pesquisas investigam *outsiders* nos parlamentos; apenas 23% destes estudos se dedicam a tomar o âmbito legislativo como objeto de análise.

Picussa (2021) observa que essa é uma lacuna da literatura sobre o fenômeno dos *outsiders* na política. Diante do fato de que a maioria das lideranças *outsiders* são impulsionadas por movimentos políticos como o Movimento *Cinque Stelle* na Itália (TRONCONI, 2018)<sup>2</sup>, que podem se tornar novos partidos ou atuar e reorganizar a dinâmica de partidos já estabelecidos, como foi o caso de Donald Trump no partido Republicano nos Estados Unidos (LEVINSKY & ZIBLATT, 2018) e de Vicente Fox no partido PAN no México (SAMUELS e SHUGART, 2010), é relevante estudar este fenômeno em âmbito legislativo.

---

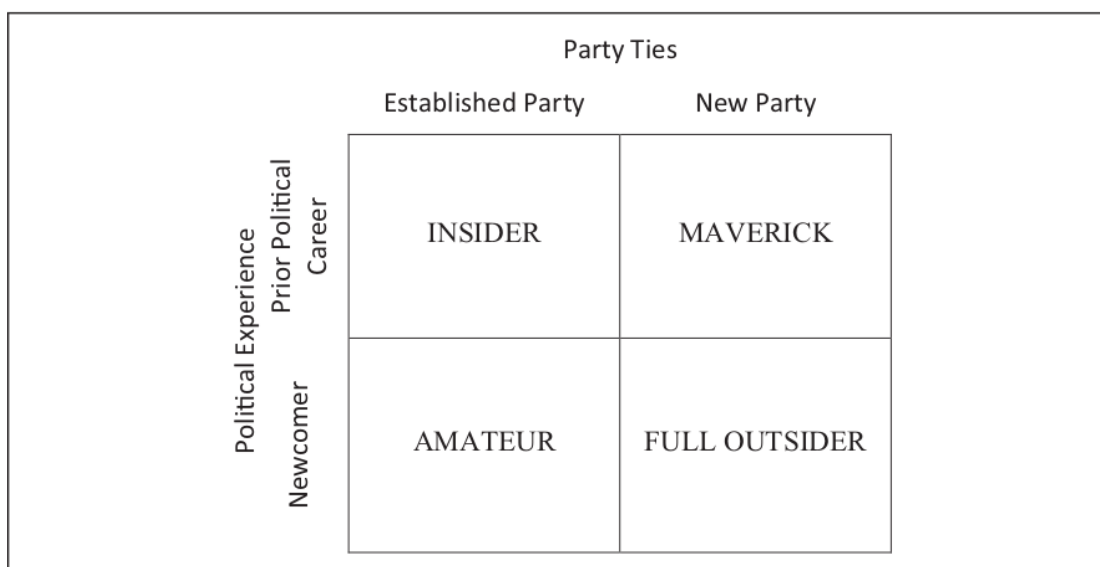
<sup>2</sup> No caso brasileiro, poderíamos pensar no papel dos movimentos suprapartidários de renovação política, como o Renova BR e o movimento Acredito que se dedicam à formação política por fora dos partidos.

Para Picussa (2021) a definição de Barr (2009) é a mais relevante, visto que foi usada por Aspinall (2015) que analisa a ascensão de Prabowo Subianto, um militar com influência na elite política e econômica da Indonésia e que criou o partido *Great Indonesian Movement Party* e também por Carreras (2012) ao elaborar uma tipologia de *outsiders* e escrever estudos de com abordagem institucionalista sobre a ascensão de *outsiders* na América Latina. Carreras (2012) que toma Barr como referência para elaborar sua tipologia de *outsiders* para presidentes latinoamericanos definiu como sendo um político outsider aquele sem experiência política prévia e sem nenhum vínculo anterior com a administração pública.

Para o autor, existem três níveis de “*outsiderism*” (“*outsidership*”, conforme Carreras (2012)): **i) full outsiders**; **ii) mavericks** e **iii) amateurs**.

A categoria de “*full outsiders*” se caracteriza pelo fato destes atores não terem tido carreira política e competirem através de um partido emergente. Os “*mavericks*” se configuram por atores que eram políticos em partidos já existentes, mas que passam a competir em partidos recentes, o exemplo dado pelo autor é o caso de Uribe, na Colômbia. E os “*amateurs*” são políticos emergentes que competem através de partidos tradicionais, podemos considerar que Donald Trump, poderia se encaixar nessa categoria.

**Figura 1: Tipologia de *outsiders* de Carreras (2012)**



Fonte: Miguel Carreras (2012) Elaborado pela autora

Alguns cuidados precisam ser tomados nessa definição. O primeiro deles é considerar que essa conceituação foi estabelecida para analisar cargos executivos em contextos presidencialistas, em países com legislações eleitorais variadas. No parágrafo anterior, foi

dado como exemplo Donald Trump que poderia ser caracterizado como um “*amateur*”; mas é preciso levar em consideração outras variáveis para entender o caso de Trump no Estados Unidos, em um regime presidencialista, bipartidarista; assim como no caso brasileiro essa tipologia, em eleições proporcionais podem variar consideravelmente, principalmente, levando em consideração o multipartidarismo e a dimensão intrapartidária, ou seja, como cada partido em seu interior se organiza, seus conflitos internos, seus grupos dirigentes e assim por diante.

Todo exercício de classificação possui seus limites e nem sempre podem ser generalizados, sobretudo, diante do fato de que a falta de uma definição robusta e um mínimo consenso do termo *outsider* dificulta a aplicação de um modelo para estudos comparativos (PICUSSA, 2021).

Por isso, o estudo de carreiras políticas de cada país e região podem auxiliar na definição do que vem a ser *outsider* em um determinado contexto institucional e com uma determinada cultura política, que a faz e é feita pelo desenho institucional estabelecido (MOISÉS, 2008). Só a partir do estudo de padrões de trajetórias e carreiras políticas em cada contexto político, partidário e constitucional é possível definir com maior precisão a categoria de *outsider*, sem esbarrar e confundir com outras categorias e *status* de profissão política, como acontece frequentemente com a confusão entre políticos novatos e políticos *outsiders*.

O mapeamento feito por Picussa (2021), lança luz sobre importantes dimensões de como os estudos tratam a ascensão de *outsiders* na política institucional e, podem demonstrar o recente interesse por investigar elementos de crise democracias supostamente já consolidadas e; no caso latinoamericano, em que a maior parte da literatura está associada com o fenômeno do populismo, pode ser resultado de uma vertente de estudos que discutem sobre a suposta tendência ao populismo na região (CASULLO, 2019; WEFFORT & MOISÉS, 2021; MAYORGA, 2007).

Samuels e Shugart (2010), ao investigarem em que medida o desenho institucional afeta o comportamento dos partidos, mostram dados de como países da terceira onda democrática optaram pelo presidencialismo cujos partidos teriam comportamentos distintos daqueles em regimes parlamentaristas ou semi-parlamentaristas.

Além de ocorrer o fenômeno da separação de candidatos presidenciais de seus respectivos partidos, conforme explicam Samuels e Shugart (2010). Para os autores, nos regimes presidencialistas, os partidos teriam menor controle sobre seus candidatos presidenciais e que

estes poderiam ter um poder maior que os próprios partidos; como ocorreu com Vicente Fox (PAN), no México.

O fato de Fox ter conseguido contornar a burocracia do partido nas primárias e se eleger com financiamento e poder de influência sem depender da estrutura partidária do PAN, gerou uma série de conflitos entre eles e os partidários durante seu governo.

No caso brasileiro, tal comportamento reforçaria a máxima “*No Brasil se vota em candidatos e não em partidos*”, uma ideia bastante presente na literatura estrangeira que afirma que os partidos brasileiros são fracos (MAINWARING, 1996; AMES, 2003).

### **1.1.2. Antes da emergência eleitoral de políticos *outsiders*: a escolha dos partidos**

Antes de se tornarem um fenômeno eleitoral, a emergência de *outsiders* é um fenômeno partidário e intra-partidário. Os casos de Donald Trump (Estados Unidos) e Vicente Fox (México) ilustram como atores alheios à vida partidária derrotam candidatos *insiders* nas primárias que selecionam os candidatos que concorrem pelo partido através de votação dos membros e filiados. Foi o caso também de João Dória no PSDB, quando concorreu para prefeito da cidade de São Paulo em 2016.

Nos casos de Fox (PAN, no México) e Dória (PSDB, no Brasil) o poder econômico dos candidatos constrangeu e auxiliou na primeira vitória na votação do partido e depois seu sucesso eleitoral. Cabe então ressaltar a competição interna que precede a competição eleitoral, o recrutamento e seleção dos candidatos pelos partidos, sobretudo, no Brasil onde é vedada a competição sem filiação partidária.

Porém é necessário destacar que os sistemas eleitorais impactam de forma direta na organização partidária, em suas estratégias e no recrutamento e formação de seus quadros e representantes (BOLOGNESI, 2013).

O sistema político brasileiro que combina presidencialismo, alta fragmentação partidária e lista aberta, além de parte da literatura defender a fragilidade dos partidos políticos, geram uma estrutura de oportunidades das quais atores e seus recursos e características políticas interagem e assim são produzidos determinados padrões de carreira política e formas de adentrar na profissão política (NICOLAU, 2006, BOLOGNESI, 2013).

O federalismo brasileiro é outra dimensão relevante para se pensar na produção de elites políticas. Os poderes regionalizados combinados à diversidade do eleitoral pelo território, fazem com que os líderes regionais sejam figuras-chave para as decisões de estratégias dos partidos políticos brasileiros, que também possuem diferentes estratégias em diferentes distritos. (LIMA JR. 1983; KERBAUY, 2005; BRAGA, 2007; BOLOGNESI, 2010).

Schaefer e Barbosa (2017) demonstram que os partidos, através de suas elites, detêm o poder de estruturar e filtrar a oferta de candidaturas ao eleitorado; isso acontecesse, sobretudo, através do financiamento eleitoral. É a partir da distribuição deste que os partidos constroem a sua lista de candidaturas preferidas (SCHAEFER & BARBOSA, 2017; SPECK & CAMPOS, 2015).

Por um lado, a literatura de abordagem (neo) institucionalista, argumenta que isso se deve ao desenho institucional, sobretudo aos regimes presidencialistas, que seriam mais suscetíveis a crises (LINZ, 1990; CARRERAS, 2009; WEFFORT & MOISÉS, 2021) e os culturalistas (MOISÉS, 2006) que afirmam haver uma cultura personalista e que os altos índices de desconfiança às instituições proporcionam maior oportunidade para líderes populistas.

Ao elencar os efeitos negativos da chegada de *outsiders* ao poder, Carreras (2012) destaca a literatura que se ocupou em averiguar as consequências de *outsiders* na estrutura governamental presidencialista.

Em uma visão bastante influenciada por Linz (1994), a premissa é que regimes presidencialistas estariam mais suscetíveis a ascensão de políticos *outsiders*, um dos “*perigos do presidencialismo*”, apontado pelo autor.

Suárez (1982) ao analisar os poderes executivos na região da América Latina, também compartilha da premissa de que há uma vantagem para candidatos *outsiders* no modelo político presidencialista. Para ele, isso pode ter efeitos negativos como **i)** a diminuição da capacidade presidencial e **ii)** o aumento do personalismo; **iii)** a desorganização do sistema partidário e **iv)** conflitos crônicos e exacerbados entre o poder executivo e o poder legislativo (SUÁREZ, 1982).

Além de ocorrer o desalinhamento do sistema partidário, e a dificuldade de formação de coalizões estáveis, gerando embates e paralisia na área governamental (SIAVELIS e MORGENSTERN, 2008).

Todos esses elementos fizeram com que os analistas condenassem a ascensão de *outsiders*. A “*novidade*” do perfil de governantes fez soar o alarme, tendendo a ser interpretado como um “*perigo*” para o regime democrático.

O fato de o termo *outsider* estar sempre associado ao populismo e/ ou a antipolítica é um exemplo de como o conceito está presente sempre como um sinal de preocupação por parte dos analistas e estudiosos. Barr (2009) alertava para o fato de que estes fenômenos podem estar conectados em determinados momentos e certos contextos, mas que isso não pode ser afirmado antes de ser averiguado empiricamente a existência destes três fenômenos e, por isso, defende uma definição mais precisa do fenômeno de outsiders políticos, separando fenômenos que são distintos.

Se levarmos em conta, que os (as) *outsiders* brasileiros (as) se configuram como mulheres, negros e pardos (as) e indígenas, gênero, etnia e raça que não fazem parte do padrão político profissional brasileiro, poderíamos pensar em uma democratização e/ ou diversificação do perfil de atores políticos no Congresso Nacional, já que essas características sócio-políticas são desviantes do perfil de políticos profissionais e estes sujeitos podem ser considerados atores “de fora” do poder político institucional.

Apesar da legislação eleitoral prever a reserva de candidaturas femininas desde 1990, a presença de mulheres na política brasileira ainda é baixa. Segundo o relatório da ONU Mulheres de 2020, o Brasil tem um dos piores índices no quesito igualdade de gênero na política. Mesmo havendo incentivos na legislação eleitoral, para fomentar a participação feminina nos partidos e na política institucional, essas regras tiveram que ser alteradas no decorrer dos anos e, ainda assim, ouvimos falar nas “*candidaturas laranjas*”, ou seja, candidatura de fachada; de partidos que apenas cumprem a cota, mas não dão apoio ou recursos financeiros necessários para as candidaturas femininas; o que ocorre também nas candidaturas étnico-raciais.

A PEC 18/21 estabeleceu a obrigatoriedade de destinar o mínimo de 30 % de recursos públicos para a campanha eleitoral de candidaturas femininas, assim como 5% dos recursos do Fundo Partidário de promoção à participação das mulheres na política e 30% da propaganda gratuita no rádio e na TV, ao passo que também permitiu a anistia a partidos que não cumprem as cotas para as mulheres e pessoas negras.

Diversos movimentos sociais tentaram, na época, barrar a PEC 18/21, por prejudicar as candidaturas femininas e étnico-raciais. O fato de não haver uma punição para o não cumprimento das regras, seria o aval para os partidos não se preocuparem com essa agenda no interior de suas organizações (SACCHET, 2022).

Diante da falta de recursos para o acesso ao poder político institucional de determinados grupos sociais, uma série de iniciativas para diversificar<sup>3</sup> a composição social da classe política vem atuando como a recente criação do Parlaíndio, criado em 2020 por lideranças indígenas para promover candidaturas indígenas, diante da falta de representação política no Congresso Nacional, para assim defender e promover políticas públicas para as populações indígenas e do Quilombos no Parlamento, movimento suprapartidário de apoio à candidaturas de pessoas ligadas ao movimento negro, criado pela Coalizão Negra por Direitos.

No âmbito institucional, a instauração de leis de cotas onde foi estabelecida uma porcentagem mínima de participação de mulheres, negros e pardos na competição eleitoral; buscou ampliar a participação e renovar a classe de representantes políticos, ao reconhecer que determinados atores possuem vantagens sobre os outros, como recursos simbólicos, econômicos e políticos, tornando a competição desigual.

No Brasil, as ações afirmativas para incentivar candidaturas femininas começaram nos anos de 1990, através da Lei 9.100/95, proposta, na época, pela deputada federal Marta Suplicy. A lei previa o percentual mínimo de 20% de reserva às candidaturas femininas nas listas de cada partido ou coligação, no entanto, esta lei tinha validade somente para Câmaras Municipais.

Foi com a Lei 9.504/97, a chamada Lei das Eleições, que estabeleceu um sistema eleitoral unificado, que as cotas de gênero são expandidas para cargos proporcionais, passando de 20% para 30 %. Mas somente em 2009, com a Lei 12.034/09, que se tornou obrigatório os partidos preencherem suas listas para cargos proporcionais com o mínimo de 30% de mulheres candidatas.

No ano de 2018, o STF e TSE aplicam essa porcentagem às "reservas" de vagas também para a distribuição de recursos, no intuito de fazer com que os partidos se comprometessem com as candidatas mulheres.

No ano de 2020, foi aprovado o Projeto de Lei 4041/20, que altera da Lei das Eleições e dos Partidos, com o objetivo de promover candidaturas étnico-raciais e garantir recursos e tempo de rádio e televisão em proporções equivalentes, apensado ao Projeto 9693/2018, que altera as Leis das Eleições (nº 9.504/97) e a Lei dos Partidos (nº 9.096/95), para reservar um percentual do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário para candidaturas negras.

---

<sup>3</sup> Esse processo de **diversificação e/ ou de popularização da classe política** pode ser um dos fatores de promoção de outsiders na política institucional.

Todas essas alterações e reformas eleitorais são importantes e demonstram o interesse em renovar a classe política, diversificar e democratizar a esfera de representação, pensando nos incentivos institucionais, que são importantes, mas também nos recursos necessários para o ingresso na vida política.

Os partidos desempenham o papel de organizar a representação, entender e incentivar para que a transformação aconteça na esfera intrapartidária e se faça essencial. A escolha de candidatos e a distribuição de recursos para as campanhas destes candidatos dentro do partido também são essenciais para pensar a esfera intrapartidária da apresentação de candidatura e para analisar os padrões de carreira política profissional no país.

Ao analisarem a distribuição de recursos para os cargos de deputado federal no Rio Grande do Sul, Schaefer e Barbosa (2017) apontam que os partidos não distribuem os recursos de maneira equitativa, isso significa dizer que os dirigentes partidários detêm o poder de selecionar candidaturas e elaborar uma espécie de lista informal.

Os resultados da pesquisa mostraram que os partidos estudados (PP, PMDB, PSDB, PDT e PT) investiram mais recursos em candidatos incumbentes (*insiders*) do que em *outsiders*, sendo o PSDB um partido que investiu mais da metade do fundo eleitoral em apenas dezoito candidaturas. Diante disso, os autores advertem que os partidos brasileiros não são organizações “*frágeis*”, mas é através das elites partidárias que estes influenciam e selecionam aqueles que concorreram a determinados cargos.

O PSTU foi o partido que mais apresentou candidaturas femininas e negras nas eleições de 2014. Em um estudo de caso, Dantas & Roeder (2015) entrevistaram três dirigentes do partido para entender o porquê de o partido ter apresentado mais candidaturas do que era obrigatório e como é feito o processo de seleção desses candidatos.

As particularidades programáticas (DANTAS & ROEDER, 2015) do partido foi o que tornou possível fomentar e apresentar de maneira eficiente candidaturas negras e femininas, demonstrando o sucesso de políticas internas que chegam à lista partidária. Ao invés das cotas, o partido fomenta uma política organizacional, desde oferecer creche para aquelas que têm filhos, para poderem participar de atividades do partido, quanto acrescentar pontos nas votações (o “*meio ponto*”) para incentivar a participação de mais candidatas.

No caso dos negros, os autores chamam de um incentivo através de “um constrangimento moral” diante do racismo, isto significa dizer, uma punição aos atos racistas dentro do partido, além de diversas discussões incentivando a autodeclaração de negros e pardos, diante

do histórico brasileiro da dificuldade em reconhecer-se como negro. Operando um fator ideológico maior do que no caso das mulheres (DANTAS & ROEDER, 2015).

Um ponto que vale destaque é o da ideologia e sua relação com o perfil das candidaturas formadas pelos partidos. Dantas & Roeder (2015) demonstram que todas as maiores proporções de candidaturas negras estão presentes nos partidos de esquerda e centro-esquerda, PCdoB, PT, PSOL, PCB, PCO, PSTU (ver GRÁFICO 1), diferente das candidaturas femininas, distribuídas de maneira parecida em partidos de direita e esquerda, pequenos e grandes.

A posição ideológica se mostra como uma variável relevante no recrutamento legislativo. Dantas e Roeder (2015) destacam como a lista partidária é constituída no PSTU e como o estatuto e diretrizes são muito relevantes no processo de constituição da lista, uma característica de partidos ideológicos, diferentemente dos partidos “*catch-all*” que estão mais focados no sucesso eleitoral e, portanto, não se mostram tão disciplinados no estudo e diretrizes como os ideológicos (DANTAS e ROEDER, 2015; HAZAN e RAHAT, 2010).

**GRÁFICO 1:** Percentual de candidaturas negras nas eleições de 2014 (todos os cargos)



Fonte: Retirado do trabalho de Dantas e Roeder (2015)

Marengo e Serna (2007) ao avaliarem os padrões de carreira política em partidos de esquerda e direita em três países da América do Sul- sendo eles: Brasil, Chile e Uruguai-, mostram como a ideologia aparece como uma variável importante e que molda determinados

perfis e trajetórias políticas, articulando recursos eleitorais individuais e/ou partidários, que se configuram a partir da posição social, como a ocupação profissional e a capacidade de influenciar determinados grupos ou associações às estratégias partidárias a partir dos recursos sociais dos candidatos, a posição no espectro político-ideológico e o tempo de existência de cada organização.

Neste estudo, partidos de esquerda- com maior tempo de vida partidária- têm a tendência de recrutar parlamentares de sindicatos, do setor público e com um perfil social econômico, geralmente, da classe média assalariada; em posições de influência como líderes de associações ou de movimentos sociais. O estudo mostra que este perfil é mais dependente da estrutura partidária, tornando estas carreiras mais endógenas às organizações partidárias, enquanto os partidos mais conservadores possuem um perfil elitizado e recrutam indivíduos com maior poder aquisitivo e vindos de profissões liberais, sendo estes mais independentes da estrutura partidária e com carreiras construídas por fora dos partidos (MARENCO e SERNA, 2007).

Outra pesquisa em que a ideologia também aparece como uma dimensão é a de Ribeiro & D' Araújo (2019) que analisou o perfil social das bancadas do PT e do PSDB eleitas em 1994 e 2002. Neste estudo os pesquisadores confirmam o fato de que o PT recrutava candidatos associados a movimentos sociais e que tinham ocupações profissionais mais variadas que os partidos que compunham as bancadas do Congresso Nacional, e com um nível educacional um pouco mais baixo que os outros parlamentares, no entanto, essa pesquisa desmistifica as afirmações de que o PT, quando em 1994, passou a fazer oposição à Fernando Henrique e em 2003 quando sustentou o governo de Lula no legislativo, tivesse um perfil *outsider*.

Na verdade, os parlamentares possuíam uma *expertise*, pois já haviam ocupado cargos em Câmaras Municipais, sobretudo, e, portanto, este *background* político foi fundamental para estes parlamentares desempenharem tanto o papel de oposição à Fernando Henrique a partir de 1995, como de sustentação do governo Lula a partir de 2003.

Dessa forma, entender as regras, incentivos que conformam o perfil do atores políticos se mostra um caminho teórico relevante e viável para formular, ou pelo menos, começar a delinear uma categoria teórica de *outsider* mais concreta e fundamentada, e que possa ser operacionalizada de forma específica.

Por isso, aqui utilizaremos como base para identificar os *outsiders* no Congresso a partir da literatura sobre carreiras políticas e elites partidárias; assim como tentaremos mapear, através de um exercício, entender as diversas faces do fenômeno, quais as variáveis relevantes para

viabilizar o estudo sobre *outsiders*, sem assumir, sem provas, que se tratam de populistas ou políticos *anti-establishment*, e, tampouco, assumir que estes representam um perigo para o regime democrático, tais afirmações precisam de comprovação empírica, que mostre de fato que se trata de atores antidemocráticos, que se posicionam através de discursos e ações autoritárias e antidemocráticas.

Por ora, focaremos em traçar um perfil inicial dos (as) *outsiders* que entram na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018. Portanto, convém entender como esse fenômeno se manifesta na realidade política institucional brasileira.

## **1.2 PRIMEIRAS DISTINÇÕES SOBRE *OUTSIDERS* NA LITERATURA DA CIÊNCIA POLÍTICA**

Barr (2009) se preocupou em distinguir e esclarecer as diferenças de conceitos que, frequentemente são usados de maneira sobreposta e ou como sinônimos, criando, assim, uma "*nebulosidade conceitual*" (BARR, 2009); o que dificulta a análise de tais fenômenos de maneira mais precisa e consistente.

Isso acontece porque os analistas tentam captar os fenômenos de insatisfação com a política através dos termos: populismo, política *anti-establishment* e *outsiders*, sem uma definição clara, com exceção do populismo, que apesar das várias definições e perspectivas ainda possui um instrumento teórico-conceitual.

Para o autor, uma palavra apenas não designa fenômenos distintos e que pode causar o que Bourdieu (2013) chama de distorção do estado real das coisas, pela produção de sentido criada pelas palavras utilizadas por aqueles atores que estão em posições legitimadas e "*legitimantes*" e que possuem poder simbólico para estabelecer o significado e sentido das coisas, impondo assim seu poder de configurar o significado das coisas, por estarem localizados no topo da hierarquia do campo de produção de conhecimento.

A proposta de Barr (2009) é separar as dimensões desses fenômenos que podem se manifestar ao mesmo tempo e que possuem alguns pontos de contato, mas que não significam que seja a mesma coisa.

Para resolver este problema, Barr (2009) define que o conceito *anti establishment* diz respeito a uma dimensão retórica, ou seja o apelo discursivo usado em oposição à elite e tal termo é equivalente ao que é chamado de antipolítica ou política anti-partidária.

Em períodos de insatisfação dos cidadãos com seus governos ou com a política em geral, tal estratégia retórica pode ser vantajosa para os atores políticos e, normalmente, é utilizada por políticos populistas, mas não necessariamente somente por eles.

Um caso bastante representativo de tais conflitos e confusões conceituais é o de Jair Bolsonaro, eleito à presidência do país em 2018. Se valendo da retórica anti-sistema, Bolsonaro foi, por diversas vezes, classificado pelos analistas como um político-*outsider*; apesar de sua trajetória de 30 anos na política brasileira.

Há aqui uma conexão com a realidade brasileira, o apelo que usa de elementos do contexto político, para elaborar sua estratégia para chegar ao poder. Podemos considerar os efeitos e consequências dos escândalos políticos de operações como a Lava Jato para a insatisfação e sentimento antipartidário dos/as cidadãos brasileiros (as). Seguindo assim a proposta de Barr (2009) para se referir aos políticos anti-sistema ou antipolítica, que se utilizam desse recurso retórico:

“O relativo sucesso do apelo anti-sistema depende, em última análise, da capacidade do ator político (ou partido) de convencer potenciais apoiadores - os que de fato se opõem e não fazem parte da estrutura de poder entrincheirada. Este apelo não depende estritamente da posição de cada um em relação ao sistema partidário - de dentro ou de fora (Kenney, 1998). Há inúmeros casos de indivíduos que se destacaram através de um partido estabilizado e competitivo apenas para convencer os eleitores de que não eram *insiders*. (...) Esta discussão destaca a importância do discurso para a política anti-establishment: depende não estritamente da realidade, mas da construção de uma compreensão "nós contra eles" do conflito social. Em suma, a política anti-estabelecimento refere-se a um tipo de apelo político- populistas ou de outra forma - uso para angariar apoio público. Este apelo constrói uma visão da sociedade onde "o povo" (plebeus) é colocado contra a elite do poder.” (Barr, 2009)

Para definir quem são os *outsiders*, Barr (2009) propõe a análise da localização destes atores no sistema político partidário, seguindo a proposta de Kenney (1998) que analisou a origem e o discurso no sistema partidário. Isso significa que nem todo novo ator político se constitui em um (a) *outsider* ou nem toda a oposição à política estabelecida ou aos incumbentes são populistas e representam um perigo para a democracia; o que pode significar ser, na verdade, a mudança ou a própria alternância de padrões dos grupos que estão no poder. Algo previsto e desejável para um regime democrático (PRZEWORSKI, 1984).

Nesse sentido, cabe mencionar que o fenômeno de *outsiders* e do populismo podem estar relacionados, mas não são a mesma coisa. E a entrada de *outsiders* na política não é sinônimo de populismo ou um alerta de perigo para a democracia, mas pode indicar renovação política e uma erosão intra-elite, ou seja, alternância de padrão da classe política. Algo, inclusive, desejado em alguns aspectos, principalmente, quando levamos em conta o importante

movimento de incentivo à participação de mulheres, negros e indígenas na política, através de incentivos institucionais, como é caso das cotas.

Ou seja, a inclusão de atores de determinadas clivagens sociais, excluídos da representação, pode, na verdade, indicar uma democratização, diversificação e ou popularização da representação. Nesse sentido, se um ator *outsider* é ou não populista, é algo que necessita ser provado empiricamente, com outras variáveis e não assumido de maneira automática e antes de unir estes fenômenos que podem operar em conjunto, é preciso definir primeiro quem são os *outsiders* em determinados contextos institucionais e partidários.

Mas o modelo teórico proposto por Barr (2009) encontra alguns limites. Ao ser mobilizado para estudos empíricos, neste caso, o caso brasileiro, o modelo que busca definir e, assim, separar as dimensões do populismo, do *anti-establishment* (que também pode ser nomeado como antipolítica ou antipartidarismo, segundo o autor) e dos (as) *outsiders* ainda se mostra pouco preciso, apesar do avanço em termos teóricos, que consiste em uma primeira tentativa de propor um modelo analítico que trate os fenômenos de maneira separada, mas que necessita de avanços, demonstrados e aprimorados por casos empíricos mais aprofundados, para assim ter estudos comparativos mais fundamentados e consistentes.

Ao propor que os *outsiders* sejam definidos apenas a partir da sua proeminência e seu sucesso eleitoral, Barr (2009) não considera outras formas de atuação política e de carreira política, para além dos cargos eletivos.

Poderíamos considerar outras formas de atuação política, como a: a) intrapartidária, b) eleitoral e c) governativa, podemos constatar que o fenômeno é muito maior e mais complexo que apenas a proeminência ou competitividade dos atores. A relevância não está só na arena eleitoral.

No caso brasileiro, como já demonstrado, o que aparentemente é “*novo*” na Câmara Federal, pode não ser no nível subnacional, como demonstrado por Ribeiro & D’ Araújo ao analisarem as trajetórias do parlamentares petistas (que aparentemente eram *outsiders*) e os parlamentares peemedebistas em 1994 e 2002.

Nesse sentido, assumindo a premissa de que a aparente novidade não prova que um ator é *outsider*, podemos considerar alguns aspectos da definição de Barr (2009). Segundo o autor, um ou uma *outsider* é:

“(...) é alguém que ganha proeminência política não através ou em associação com um partido estabelecido e competitivo, mas como um partido político independente ou em associação com partidos novos ou recém competitivos. Insider, ao contrário, são os políticos que se levantam através ou dentro dos partidos estabelecidos e

competitivos do sistema partidário da nação e que preservam esse sistema.” (BARR, 2009)

Diante disso, é fundamental avaliar os padrões de carreiras políticas e caracterizar o que é um insider e um *outsider* em determinado contexto institucional político-partidário.

Existe uma dificuldade em estabelecer o que seriam partidos marginais ou atores marginais no sistema partidário brasileiro; poderíamos considerar aqueles atores e partidos “não relevantes”, mas até mesmo para definir a relevância seria importante considerar outras dimensões, além da eleitoral e mesmo na arena eleitoral, avaliando por exemplo as coligações- para localizar um *outsider*.

Tendo em vista as diversas formas de atuação e carreira política (como anteriormente citado), também se faz fundamental considerar o que a literatura especializada diz respeito à atuação dos partidos políticos.

No Brasil, os partidos fracos na arena eleitoral, podem ser fortes no Congresso nacional, como argumentam Pereira e Mueller (2003). A teoria de Barr (2009) encontra alguns problemas de operacionalização no contexto brasileiro, a definição proposta pelo autor é de que é necessário avaliar a localização do ator no sistema partidário, para assim considerar um *outsider*; mas mesmo no modelo teórico proposto por Barr (2009) os partidos marginais podem influenciar a campanha de partidos tradicionais, ou seja, eles não são tão irrelevantes e inexpressivos, para além da expressão eleitoral, eles desempenham um papel, em algum nível, na configuração do poder.

Apesar do avanço na sua proposta de definição e tipologia de outsiders, ele considera apenas a arena eleitoral, e mesmo dentro dela há uma série de fatores no contexto brasileiro que devem ser levados em consideração.

Levando-se em consideração a premissa de que *outsiders* são aqueles (as) que estavam fora do sistema político brasileiro, ou seja, do contexto institucional, seria um pouco mais complicado classificar o que de fato é um partido marginal, sem expressão, já que existem diferenças regionais, por isso é importante avaliar a capilaridade dos partidos e sua distribuição e desempenho em nível subnacional, municipal e estadual, que na literatura especializada aparece como a porta de entrada para a política onde os aspirantes começam sua carreira na política institucional.

Essa dimensão é importante e pode dizer se de fato um ator é *outsider* ou não, por isso, optamos pela análise das carreiras políticas, em identificar e caracterizar quais variáveis são mais proeminentes e, em que medida, se diferenciam dos políticos tradicionais. Para isso,

além dos sistemas eleitorais e partidários e dos padrões de carreiras políticas que são desenvolvidas, considerar o contexto constitucional também é importante; como já é mencionado na literatura sobre o tema.

Ao analisar o impacto do desenho institucional sobre o comportamento dos partidos políticos, Samuels e Shugart (2014) identificaram que há uma maior ocorrência de *outsiders* em regimes presidencialistas que nos parlamentaristas.

Ao analisarem as carreiras políticas de presidentes e primeiros-ministros, eles demonstram, em perspectiva comparada, que os primeiros ministros têm carreiras partidárias mais robustas que os presidentes. Para concorrer ao cargo, normalmente, os primeiros-ministros devem possuir um acúmulo de confiabilidade do partido maior do que os presidentes.

Segundo os autores, isso ocorre porque em regimes presidencialistas existe uma separação da competição do Legislativo e do Executivo. Os sistemas políticos onde o presidente é eleito de maneira direta, estariam mais propensos a personalização e teriam os partidos que lidar com dilemas, exclusivamente, presidenciais, onde os candidatos, por vezes, se separam de seus partidos e contornam a própria burocracia do partido, como foi o caso de Vicente Fox, no México.

Como candidato às primárias internas do PAN, Fox, através de uma iniciativa própria de financiamento, “*Amigos de Fox*” derrotou os candidatos nas primárias internas do partido e venceu as eleições, mas com isso gerou uma série de tensões internas no partido, tanto no período de competição eleitoral, quanto depois no governo.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar qual o papel do financiamento ou autofinanciamento na entrada de *outsiders* na política, tanto na ascensão destes agentes nas organizações partidárias, quanto no seu sucesso eleitoral.

Ou seja, poderíamos assumir como hipótese que agentes com alta capacidade de autofinanciamento têm maiores possibilidades de obter sucesso interno dentro dos partidos e na competição eleitoral, que também é um fator de pressão externa e que impacta no processo decisório interno, ou seja, os efeitos indiretos na dimensão organizativa dos partidos.

Portanto, para viabilizar a análise e definir o termo no contexto brasileiro, em primeiro momento, este estudo busca, caracterizar e identificar os deputados eleitos para a legislatura

em 2014 e 2018<sup>4</sup>, à Câmara dos Deputados, lugar estratégico para a formulação de políticas públicas e de distribuição de recursos para os partidos.

### **1.3 COMODEFINIR UM (A/E) *OUTSIDER* POLÍTICO (A/E) NO CONTEXTO BRASILEIRO?**

A criação e desenvolvimento dos partidos modernos promoveu o fenômeno da profissionalização da política. Determinados indivíduos passaram a viver da e para a política (WEBER, 2011). Weber (2011) propôs diferentes tipos de carreira política, ao tentar compreender e descrever o surgimento da política moderna.

A necessidade de conhecimentos específicos, como o conhecimento jurídico, partidário, a boa oratória, a formação de um *habitus*, formou o campo político, com leis próprias (BOURDIEU, 2011). Essa conformação de um campo político, onde os sujeitos precisam desenvolver conhecimentos e características específicas para adentrar em tal campo, criou padrões de carreira política, onde atores de determinados segmentos sociais possuem maior proximidade com habilidades e conhecimentos pertencentes ao campo político, e, portanto, maiores chances de ingressar ao campo.

Fatores históricos e sociais moldam essas “*chances*” (como tempo disponível, recursos simbólicos, políticos e econômicos etc.) de ingresso no campo político e essa possibilidade de entrada é constituída por clivagens de gênero, etnia, raça e classe social. O fato das mulheres terem sido mantidas na vida privada e doméstica, influenciou a entrada tardia ou de muito tempo de diferença em relação aos homens no campo político. O acesso era mais difícil, assim como para aquelas etnias e raças advindas de culturas diferentes e que foram submetidas ao trabalho escravo em países como o Brasil, onde tais grupos tiveram um histórico de exclusão social e isso também se reproduz no campo político.

Para Michels (1982) a profissionalização política criaria um vício contraditório ao objetivo democrático, um grupo oligárquico que comandaria os partidos. A função de delegação democrática a um pequeno grupo de atores e a profissionalização deste junto ao processo de burocratização dos partidos políticos estariam, inevitavelmente, vulneráveis ao que ele chamou de “*lei de ferro da oligarquia*”.

---

<sup>4</sup> A princípio essa investigação analisou somente as eleições de 2018, mas depois de algumas discussões, sobretudo, na banca de qualificação verificamos que levar em consideração somente esta eleição poderia enviesar este trabalho. Reconhecemos que o ideal seria ter um período de tempo analisado maior, ou seja, mais eleições analisadas, porém, dada as condições e contexto da realização desta pesquisa, a viabilidade foi comparar as eleições de 2014 e 2018.

A partir do processo de profissionalização da política são formados padrões de carreira política de acordo com determinados contextos culturais, econômicos, partidários e institucionais padrões de carreira política (SERNA & MARENCO, 2007).

No Brasil, a classe política se caracteriza por ter um traço bastante comum de parlamentares, homens, de meia idade (40-50 anos), brancos, de classe média alta, advindos de profissões liberais e/ou da classe empresarial (CODATO, 2018).

A insatisfação com a política tradicional, gerou uma série de movimentos sociais, políticos e partidos a reivindicarem para si a “*novidade*”, uma estratégia para se apresentar como alguém que pode fazer diferente por ser “*de fora*”. É nesse contexto que aparece o termo “*outsider*” que se confunde em outros termos comuns para se referir a fenômenos que emergem em um contexto de insatisfação com a política.

Além disso, opera uma percepção de que os políticos tradicionais, grupos oligárquicos, além de inoperantes estão associados de maneira estreita com a corrupção. Para retratar tal pensamento, um dos fundadores do Partido REDE Sustentabilidade, líder RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) e bolsista do Renova BR escreveu:

“Encaramos o ato de votar como uma formalidade anacrônica, que apenas referenda o que se quer combater. **O jogo político, um espetáculo curioso, que cheira a naftalina. Agentes com real espírito público são vistos com desconfiança ou até ridicularizados. É como se esperássemos que a ampulheta moral carregada por eles fosse escorrer por inteira a qualquer momento. Curiosamente, de 1990 a 2014 tivemos um índice médio de renovação no Congresso Nacional que ultrapassa os 50% e alguns jovens até já participam do universo da política. Mas, de maneira geral, foram eleitos aqueles que entram com o passaporte da oligarquia**” (José Gustavo Fávaro Barbosa da Silva, Poder360, 2018). grifos meus

É relevante perceber como o fenômeno de *outsiders* está sempre associado com a renovação política. Durante esta investigação vimos a necessidade de diferenciar tais fenômenos e definir diferentes tipos de renovação política.

Novatos não são *outsiders*. Assim como jovens tampouco podem ser considerados *outsiders* apenas por esta categoria etária e geracional. Aqui consideramos a origem e significado do termo “*out*”/ “*sider*”: alguém de fora, estranho para o campo político.

Nesse sentido, convém tomar como ponto de partida os padrões de ingresso na carreira política, assim como a profissionalização política no contexto brasileiro.

Se novatos seguem o padrão de socialização, ingresso e carreira política eles não podem ser considerados *outsiders*, somente novatos em determinado cargo político. Eles não estão quebrando padrões de ingresso e tampouco vêm de fora de ambientes e categorias que estão

propensas e encaminham para profissão política no país. Eles seguem uma trajetória comum e se parecem com políticos veteranos, inclusive, em suas ambições políticas (SANTOS, 1997; LIMA, 2017; LIMA, ALVES & VIEIRA, 2018).

Na próxima seção deste capítulo, conceitualizamos o que é entendido aqui como renovação política e porque ela não implica na ocorrência de parlamentares *outsiders*, *enquanto a incidência de outsiders pode ser analisada como uma renovação substantiva*.

### **1.3.1 As diferentes conceitualizações de renovação política**

Grohmann (1995) apontou algumas diferenciações e cuidados metodológicos que precisam ser assumidos ao falar sobre o conceito de renovação política nos parlamentos, que é operacionalizado de forma genérica e pouco precisa. Para o autor, isso seria consequência do frequente uso do termo pela cobertura dos meios de comunicação pós-eleições que entendem a renovação como uma mudança de pessoas e substituição de políticos no parlamento.

Diante disso, Grohmann (1995) propõe algumas diferenciações, com o intuito de precisar a complexidade do conceito de renovação e propõe dois diferentes tipos do fenômeno:

**i)** renovação eleitoral e **ii)** renovação parlamentar.

A “*renovação*” entendida como mudança de políticos nas Assembleias Legislativas, Câmara de Vereadores e Câmara Federal é utilizada frequentemente como um indicador da erosão da elite parlamentar quando as legislaturas passam pela “*renovação*” (GROHMANN, 1995). Talvez venha daí a confusão teórica e analítica em ligar tal fenômeno: renovação; emergência de *outsiders*; antipolítica e populismo (BARR, 2009), já que nessa perspectiva, tais análises apontam a “*renovação*” como sendo apenas resultado da preferência do eleitorado, insatisfeito com os políticos “*tradicionais*” ou “*anteriores*” (GROHMANN, 1995).

A baixa renovação política pode ser analisada como um indicador de oligarquização da representação política (MICHELS, 1982; MOSCA, 1992; PARETO, 1984), contudo é necessário avaliar se de fato existe uma renovação substantiva ou apenas numérica, que não mede, necessariamente, a mudança dos atores. Ser eleito pela primeira vez à Câmara dos Deputados, por exemplo, não implica na falta de expertise e socialização política, inclusive, muitos parlamentares que conseguem uma cadeira na Câmara possuem uma trajetória

política, eles vêm de cargos da burocracia, do executivo ou até dos legislativos estaduais (LIMA, ALVES & VIEIRA, 2018; ).

Outro ponto importante é até que ponto parlamentares que não tiveram cargos eletivos ou na burocracia antes de assumirem como deputados federais fazem ou não parte de famílias políticas. Ou seja, que têm parentes na política e herdaram o cargo ou o capital político que determinado parente obteve na sua atuação política. Algo bastante comum na política brasileira (GROHMANN, 1995; SANTOS, 1997; MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015).

Ainda neste artigo, Grohmann (1995) recorre a literatura da Ciência Política sobre renovação política nos Legislativos. Ele identifica nos trabalhos de Santos (1971;1982) que associa a renovação parlamentar com tipos de votos existentes no país: o voto urbano tenderia a eleger parlamentares novatos nos legislativos, enquanto o das regiões “*atrasadas*” tenderiam ao voto oligárquico, sendo a “*renovação*” definida estritamente pelo comportamento do eleitorado; porém Grohmann (1995) chama atenção para o papel dos partidos, já que são esses que selecionam os candidatos e decidem em suas convenções quem serão os candidatos a determinado cargo, sendo a vontade do eleitorado apenas um dos critérios no “ (...) *cálculo estratégico dos partidos no sentido de obter votos*” (JOBIM 1992, p. 137 apud. GROHMANN, 1995, p. 6), a renovação eleitoral, portanto, depende da escolha de determinado candidato em se candidatar e a escolha dos partidos.

A renovação eleitoral segundo Grohmann (1995) pode ocorrer nas seguintes condições:

- “1° Saída voluntária do candidato (para não concorrer, para concorrer em outro nível eleitoral ou para participar de cargo político-administrativo);
- 2° Impedimento pela lei (desde crimes comuns à perda dos direitos políticos);
- 3° Morte ou doença;
- 4° Estratégia ou decisão partidária no sentido de não aprovar a candidatura (convenção) ou afastar o/ a(s) candidato/a(s), seja por presumida insuficiência de votos ou existência de outros candidatos com mais votos, seja por divergência política ou ainda por derrota em convenção; ou ainda tendo em vista alterações significativas no sistema eleitoral (p.ex.: princípio da distribuição de cadeiras, se proporcional ou majoritário) e do campo da conjuntura política (favorável ou não favorável);
- 5° Incremento do número de candidatos motivado pela legislação eleitoral ou partidária e por estratégia ou decisão partidária” (GROHMANN, 1992, p. 5).

Já a renovação parlamentar:

- “1. Saída voluntária dos eleitos em pleitos anteriores (para não concorrer, para concorrer em outro nível eleitoral ou para participar em cargo político-administrativo);
2. Impedimento por lei dos eleitos em pleitos anteriores (desde crimes comuns à perda dos direitos políticos);
3. Morte ou doença dos antigos eleitos e outros acontecimentos fortuitos;

4. Estratégia ou decisão partidária no sentido de não aprovar as candidaturas dos antigos eleitos, seja por presumida insuficiência de votos (conjuntura política não favorável, qualidades pessoais do candidato ou derivada de alterações na legislação eleitoral) seja por divergências políticas;
5. Vontade direta do eleitorado mediante decréscimo significativo de votação de candidato (s) que no pleito anterior haviam sido eleitos;
6. Efeitos do sistema eleitoral, por vezes combinados com a estrutura do campo partidário;” (GROHMANN, 1992, p. 5).

Essas dimensões causais propostas por Santos (1982) demonstram como o fenômeno da renovação é mais complexo do que tão somente a escolha do eleitorado, pois antes dela, existe a escolha do partido, da competição e estratégia intra-partidária.

No estudo sobre representação e renovação na Câmara dos Deputados do período de 1998 e 2015, Lima, Alves & Vieira (2018) avaliam o quanto os novatos se diferenciam dos políticos veteranos na Câmara dos Deputados neste período. Os achados foram de que mesmo sendo novatos os políticos estreantes na Câmara dos Deputados já possuíam experiência no legislativo subnacional <sup>5</sup>.

É por este motivo que defendemos que o termo *outsider* não deve ser utilizado para se referir à parlamentares ou políticos novatos já que estes seguem os mesmos padrões de trajetória e carreira política de políticos veteranos.

*Outsider* político, portanto, no contexto legislativo brasileiro, em especial para a Câmara dos Deputados é aquele que advém de outros modos de inserção política e possuem características distintas de políticos que seguem o modelo tradicional de escolaridade, ocupação profissional anterior, raça, gênero e capitais políticos e simbólicos.

Se o que define um sistema democrático e representativo é alternância pacífica de poder (PRZEWORSKI, 1986) e a baixa renovação política pode representar um oligarquização das elites políticas (GROHMANN, 1995), o *outsider* político nem sempre é um ator que conturba a ordem política e, assim, assumir tal tese sem investigação empírica sobre ideologia e

---

<sup>5</sup> “Sobre a experiência no legislativo subnacional, apenas existe relação significativa entre ser novato e a ocupação desses cargos no pleito de 1998. Curiosamente, nesta legislatura, os novatos possuíam um percentual maior de experiência prévia no Legislativo subnacional (58%), quando comparados com os deputados federais veteranos na Câmara (48%). Neste sentido, para esta composição da Câmara, podemos dizer que em 1998 a “renovação da Casa” favoreceu aqueles candidatos cuja trajetória foi marcada por passagens pelo Legislativo subnacional, atuando como vereadores ou deputados estaduais. Para as demais, não foi possível diferenciar os dois grupos. Também não se constatou nenhuma diferença entre os grupos no que diz respeito à experiência prévia em cargos de alto escalão da burocracia para nenhuma das legislaturas. Em 2002, escolaridade, ter ou não família na política, o quadrante situação/ oposição e experiência na burocracia no Legislativo subnacional não foram fatores responsáveis por diferenciar os novatos daqueles que retornavam ou davam continuidade a seus mandatos na Câmara. Por outro lado, gênero, ideologia, filiação partidária e experiência no Executivo foram quesitos relevantes para se entender as diferenças entre novos e antigos mandatários que conquistaram assentos na Câmara naquele ano.” (LIMA, ALVES & VIEIRA, 2018, p. 53). É importante ressaltar que tal índice varia de acordo com as eleições, mas apenas em um momento, segundo os autores, foi possível inferir que houve diferenciação entre a experiência prévia dos novatos e veteranos, que foi no ano de 2002.

atuação política de atores *outsiders* é uma armadilha. Se estamos falando de um processo de renovação, da qual os *outsiders* representam de forma substantiva e não apenas numérica, então, em certa medida, diante do contexto de reformas eleitorais e discussão e ações de promoção de minorias na carreira política, os *outsiders*, podem ser até desejáveis e podem ser um indicador importante de transformação, circulação e renovação das elites políticas, significando, a depender das características e atuação do (a/e) ator (a/e) político (a/e) uma aproximação de representantes e representados.

Portanto, a emergência de *outsiders* não pode ser assumida, sem prova teórica à movimentos populistas ou antipolítica, ou de forma imediata a um processo de democratização da representação política; tais questões devem ser investigadas e comprovadas empiricamente de maneira específica, com indicadores e ferramentas de análise capazes de medir e fazer inferências sobre tais dimensões do fenômeno.

Neste trabalho nossa preocupação e objetivo é definir *outsider* político no contexto legislativo brasileiro e explorar as possibilidades de formação e origem do fenômeno no contexto nacional que pode revelar as transformações das elites políticas, sua circulação, questões acerca da renovação e permanência da classe política e assim pensar transformações da própria política brasileira nos últimos anos.

A primeira diferenciação a ser feita aqui é que o termo *outsiders* não é sinônimo de novatos (*newcomers*) ou rebeldes, como a maior parte da literatura aponta (GUEDES-NETO & SANTOS, 2019; BARR, 2009).

Portanto, utilizaremos a seguinte definição neste trabalho: *outsiders* são aqueles que ingressam na política por meios desviantes dos padrões tradicionais; o que entendemos ser diferentes de novatos (*newcomers*) que, apesar de iniciarem sua trajetória política, ainda se valeram de meios tradicionais, como movimentos sociais, participação em cargos públicos, portanto, nossa definição não é sinônimo de renovação, como geralmente é tomado pela literatura, embora, o fenômeno de *outsiders* possa revelar um tipo de renovação substantiva.

**FIGURA 2: Definição de *insiders*, *newcomers* e *outsiders***

<i>Insiders</i>	<i>Newcomers</i>	<i>Outsiders</i>
Políticos tradicionais	Políticos novatos	Indivíduos de fora do sistema político e que possuem diferentes socializações antes da carreira política do que os <i>insiders</i> e novatos

Elaboração própria

No próximo capítulo explicamos como o conceito de *outsiders* é operacionalizado nesta pesquisa e quais são as variáveis e indicadores que são utilizadas na análise empírica.

## **CAPÍTULO 2: INDICADORES, VARIÁVEIS, COLETA DE DADOS E A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE *OUTSIDERS***

### **2.1 TIPO DE PESQUISA**

Essa pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de conhecer melhor o fenômeno de *outsiders* na realidade brasileira e descrever as características do fenômeno a partir dos dados coletados.

### **2.2 POR QUE A CÂMARA DOS DEPUTADOS?**

A maioria dos estudos sobre *outsiders* são sobre líderes que chegam ao poder através de eleições majoritárias e no Executivo. Poucas pesquisas se dedicam a estudar o fenômeno nos Parlamentos, como demonstrado por Picussa (2019) em seu estudo sobre o estado da questão do tema na Ciência Política.

Tendo em vista a realidade brasileira, do presidencialismo "*parlamentarização*" (LIMA, 2019), investigar este fenômeno nas casas legislativas se mostra relevante e uma agenda de pesquisa promissora (PICUSSA, 2019). Este estudo está inserido numa proposta que conecta a representação política com o estudo sobre elites políticas.

A opção pelo estudo da Câmara dos Deputados se deve ao fato de ser uma instância estratégica para os partidos políticos, já que é a partir da quantidade de cadeiras que são distribuídos os fundos partidário e eleitoral, assim como o direito e tempo no horário eleitoral gratuito, além de ser um lugar fundamental para a produção de políticas públicas (RIBEIRO & D'ARAÚJO, 2019).

## 2. 3 CATEGORIAS, VARIÁVEIS E INDICADORES

Para construir indicadores e verificar quem são os *outsiders* nas eleições de 2014 e 2018 para a Câmara dos Deputados, utilizamos categorias comumente aplicadas nos estudos sobre carreiras políticas no Brasil para em 1º) identificar características dos *outsiders* eleitos nos anos de 2014 e 2018 e 2º) identificar as variáveis/ indicadores de que caracterizam um ator outsider.

Neste trabalho utilizamos as seguintes categorias nas eleições para a Câmara Federal nos anos de 2014 e 2018, a fim de identificar o perfil dos outsiders nos respectivos anos:

- I. *Ocupação profissional anterior;*
- II. *Cargo na burocracia;*
- III. *Cargo legislativo ou executivo subnacional;*
- IV. *Idade;*
- V. *Gênero;*
- VI. *Escolaridade;*
- VII. *Partido;*
- VIII. *Estado pelo qual foi eleito;*
- IX. *Se possui algum parente na política;*
- X. *Participação em movimentos sociais, associações e/ ou sindicatos;*
- XI. *Participação em movimentos de renovação política (válidos apenas para as eleições de 2018;*

A respeito das categorias II, III, IX e X esclarecemos que elas foram utilizadas apenas para selecionar os *outsiders* do universo de 513, como uma espécie de 1º filtro, para selecionarmos os *outsiders* e analisar as características sociais e partidárias de tais atores políticos eleitos à Câmara dos Deputados nos anos de 2014 e 2018.

Outra observação relevante é que nem todas as categorias são indicadores de que tal indivíduo é outsider, como por exemplo, a VIII- Estado pelo qual foi eleito, que é apenas uma variável de identificação e caracterização do perfil do *outsider* eleito<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Ou seja, existem diferentes categorias sendo utilizadas para diferentes objetivos. Primeiro, buscamos identificar os *outsiders*, depois caracterizá-los e só depois usar as variáveis que de fato definem um ator *outsider*, como por exemplo:

- 1) indicadores para a identificar;
- 2) indicadores para caracterizar;
- 3) indicadores utilizados para operacionalizar o conceito de *outsiders*.

Ao considerarmos que os *insiders* são aqueles inseridos nos padrões estabelecidos de formação da elite política, tanto em nível eleitoral como em nível partidário e intrapartidário, *outsiders* são aqueles que rompem com estes padrões.

Para viabilizar esta pesquisa, não coletamos dados a respeito da vida partidária e filiação de tais atores, mas que reconhecemos ser um passo importante para avançar no estudo sobre tais atores e avaliar se de fato estamos falando de atores *outsiders* ou atores que já estavam inseridos no campo político e a única novidade consiste no início de sua atividade em concorrer às eleições e atuar como representantes na política institucional, neste caso, na Câmara dos Deputados

*Outsiders*, portanto, são aqueles que iniciaram suas carreiras políticas no ano em que foram eleitos para a Câmara dos Deputados, seja por movimentos suprapartidários de renovação, seja pelo “atalho” que a inserção na mídia e nas redes podem proporcionar a novos atores ou os próprios incentivos institucionais, como as cotas para mulheres, por exemplo.

### 2. 3. 1 POSSÍVEIS FONTES DO CAPITAL POLÍTICO

A escolha de não analisar as variáveis que já indicam a existência de uma trajetória política anterior à Câmara Federal se dá justamente porque tais variáveis já apontam para o fato de que não se trata de atores *outsiders*, mas sim novatos no legislativo federal.

Nas seções a seguir discutimos de forma breve acerca de tais variáveis, que foram usadas como forma de excluir *insiders* da amostra e trabalhar com o universo de *outsiders* e assim caracterizá-los.

Para isso utilizamos o conceito de campo e capital político de Bourdieu (2011). O conceito de campo político consiste em entender que a política, a partir do momento de sua expansão no mundo moderno (DUNN, 2016) e com o processo de profissionalização das instâncias de organização da representação (MICHELS, 1982) e amplitude dos processos eleitorais, processos que legitimam os regimes democráticos (PRZEWORSKI, 1986; MOURA, 2019), passa a ser um campo com leis próprias, nas palavras de Bourdieu (2011):

“(...) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.” (BOURDIEU, 2011, p. 195).

É relevante mobilizar tal conceito porque este, assim como já mencionava Bourdieu (2011), permite avaliar de forma rigorosa a realidade do campo político e suas particularidades. Para ser um político profissional, um militante ou ator do campo requer certas habilidades, capacidades, que possuem uma gênese social, que está associada à gênese do próprio campo e essas “habilidades” que também são propensões ao ingresso ao campo político são distribuídas de forma desigual, que remonta e se origina nas desigualdades de outros campos, como o do campo econômico. Como já indicava Bourdieu (2011) quando elaborou o conceito: “*Sabe-se que essas propensões, essas aptidões, essas capacidades são*

*muito desigualmente distribuídas, não por natureza (não há pessoas que estariam dispostas a fazer uso dos poderes políticos ou dos direitos de cidadania, e outras que, por natureza, seriam desprovidas de semelhante disposição), mas porque existem condições sociais de acesso à política.”* (BOURDIEU, 2011, p. 196).

Tal constatação sobre a desigualdade do acesso ao campo é de extrema importância para entender e não naturalizar as desigualdades políticas. A compreensão de que existem essas condições de acesso ao microcosmo político pode revelar importantes formas e padrões de ingresso à carreira. O primeiro exemplo dado pelo autor é o tempo livre, que para ele é “(...) *a primeira acumulação de capital político*” pertencente à pessoas “(...) *dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de porta voz*” (BOURDIEU, 2011, p. 196).

O outro seria a educação (que chamaremos aqui de escolaridade). Na literatura sobre as características sociais de parlamentares e políticos profissionais já existem uma série de inferências e apontamentos sobre como certas profissões, sobretudo, as liberais, como a de advogado criaram uma propensão maior ao ingresso ao campo político (SANTOS, 1997). Esta variável manteremos na amostra, pois ela é importante para avaliar o perfil de outsiders e pode nos mostrar dados importantes a respeito da composição social deste grupo.

Ao considerar a teoria proposta por Bourdieu (2011) e reconhecer que existem formas de adentrar ao campo político e capitais políticos originários que já se constituem como um padrão de ingressos e início de carreira política no país, utilizamos as variáveis que caracterizam *outsiders* nas análises.

No entanto, existe uma variável que seria um indicador importante de capital político originário, que é a visibilidade midiática (MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015). Diversos estudos demonstram como celebridades e pessoas com presença nos meios de comunicação e mais recente em redes sociais, acabam “*contornando*” e/ ou “*compensando*” a falta de outras capitais como o econômico ou o familiar que permitem adentrar na política. Essa variável pode ser um indicador importante para caracterizar e avaliar outsiders, pois quebra com um padrão de origem política, mas por uma questão de viabilidade, essa pesquisa não contempla tal dimensão, mas reconhecemos que esta pode ser uma limitação deste trabalho, mesmo que ele seja de caráter exploratório.

Porém, uma advertência importante acerca da dimensão midiática é que ela não poder ser uma variável utilizada de forma isolada no estudo sobre *outsiders*, justamente porque existe uma confusão entre a estratégia eleitoral do “*outsiderism*” que é quando o candidato (a) se apresenta como um (a/e) *outsider*, alguém de fora do campo político, para conseguir

conquistar eleitores (as/us) que reprovam a classe política tradicional, mesmo que estes sejam atores políticos que fazem parte da chamada política “*tradicional*”, portanto, é necessário separar o discurso da posição que o (a/e) ator (a/e) que enuncia tal discurso ocupa de fato, por isso a relevância do estudo das trajetórias.

Outro importante achado da pesquisa de Miguel, Marques & Machado (2015) é sobre o capital político advindo de igrejas evangélicas. Os autores e a autora não entram em detalhes neste tema, porém tal dimensão pode se transformar em uma variável importante do fenômeno de outsiders na Câmara dos Deputados no Brasil.

Quadros & Madeira (2018) também encontram alguns indícios desta influência das igrejas evangélicas na eleição de políticos *outsiders*, no estudo que fizeram sobre o fim da “*direita envergonhada*” na Câmara Federal. Outro cuidado que se deve ter em relação a esse potencial variável ou potencial indicador é que nem todos (as) os (as) parlamentares advindos ou da influência ou de partidos ligados à Igreja Evangélica são *outsiders*, no entanto, é interessante observar como estes achados podem revelar um aspecto importante da dinâmica política eleitoral do Brasil Contemporâneo.

Um caso parecido a este é o dos Movimentos de Renovação Política (MRP) que passaram a incidir nas eleições no ano de 2018. Esta variável foi utilizada neste trabalho apenas para o ano de 2018, já que se trata de um fenômeno recente e que não estava presente nas eleições de 2014, sendo assim, difícil a comparação, porém, mantemos estes dados na análise de *outsiders* eleitos à Câmara Federal no de 2018.

A seguir explicamos cada variável e indicador, dialogando com a literatura e o nosso instrumental teórico para desenhar a amostra, que apresentaremos no próximo capítulo e para demonstrar como selecionamos a população de *outsiders* que serão analisadas no Capítulo 3.

### **2.3.2 CAPITAL POLÍTICO ORIGINÁRIO: O CAPITAL FAMILIAR**

No estudo sobre trajetórias políticas é comum as abordagens que se dedicam a compreender a fidelidade partidária, a renovação parlamentar (entendida como mudança de pessoas em determinada casa) (SANTOS, 1997; MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015; RIBEIRO & D’ ARAÚJO &, 2019); a ocupação profissional (CODATO, COSTA & MASSIMO, 2016) assim como a composição das Casas Legislativas (RODRIGUES, 2006, MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015).

A partir do instrumental teórico oferecido por Bourdieu (2011), Miguel, Marques & Machado (2015) apontam sobre como a noção de capital político é uma ferramenta bastante eficaz para analisar a construção da carreira política de parlamentares; para além das pesquisas sobre ocupação prévia, essa ferramenta teórica permite apreender a multiplicidade de trajetórias possíveis do e no campo político que “(...) *é desigualmente poroso aos diferentes recursos retidos por grupos e indivíduos*” (MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015, p. 725) por conseguir adentrar nesse universo de capitais não vistos, os simbólicos, que possuem resultados concretos (e que são resultantes do concreto e do mensurável, como o capital econômico). Esse tipo de ferramenta proposta neste marco teórico nos auxilia captar os matizes e nuances que outras ferramentas analíticas não permitem.

Miguel, Marques & Machado (2015) apontam que depois do capital econômico, o capital familiar é o 2º que mais influencia o sucesso eleitoral de candidatos (as/es) à Câmara dos Deputados.

Os herdeiros do capital político de seus parentes podem fornecer a estes atores “ (...) *os códigos do métier e as redes de compromissos e lealdades. E opera também pela formação de clãs políticos, cujos integrantes são estimulados ou mesmo constrangidos a ocupar os espaços que os membros mais velhos ou mais importantes deixam para trás*” (MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015, p. 727)”.

É interessante observar que esse é um tipo de capital político muito presente nas trajetórias políticas de mulheres, que “*herdam*” os cargos de seus cônjuges, pais ou irmãos; como já estudado na literatura (ARAÚJO, 2001; MIGUEL & QUEIROZ, 2006; MIGUEL, MACHADO & MARQUES, 2015).

Além da maior incidência deste capital na trajetória de mulheres parlamentares, outra dimensão que os estudos indicam é a regional. A região Nordeste tende a eleger mais políticos com este tipo de capital familiar, assim como há uma maior tendência destes políticos serem de partidos tradicionais e de direita, porém este capital não deixa de ser relevante para diversas regiões do país e para partidos de esquerda (Miguel, Marques & Machado, 2015). Em síntese, o estudo elenca as situações com maior tendência de haver capital familiar:

“1) *O capital familiar é crucial para o ingresso das mulheres na política, mas menos importante para os homens.*

2) *O capital familiar é mais presente nas carreiras de políticos e políticas vinculados aos partidos tradicionais ou de direita do que aos partidos de esquerda.*

3) *O capital familiar tem um peso maior nas regiões economicamente menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).*

4) *A prevalência do capital familiar é um indicio de “atraso” político, tendendo, portanto, a se reduzir com o amadurecimento da democracia no País.” (MIGUEL, MARQUES & MACHADO, 2015, p. 722-723).*

Tendo em vista que a formação e continuação de “*clãs*” políticos familiares é um resquício de uma política oligárquica ou de um padrão comum na política brasileira tradicional, esta variável é importante para a primeira etapa de selecionar *outsiders* pelo critério da exclusão de variáveis como esta, que configuram e constituem as características e estratégias de ingresso à carreira de política.

### **2.3.3 MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA: UMA NOVIDADE NA DINÂMICA POLÍTICA BRASILEIRA NO ANO DE 2018**

No ano de 2018, levantamos um dado que não havia em 2014: parlamentares (potencialmente *outsiders*) eleitos (as) por Movimentos de Renovação Política (MRP) que ganharam força a partir do ano de 2016.

Apesar de ser um movimento da sociedade civil, os MRPs não podem ser considerados como movimentos sociais, já que têm uma relação direta em propor um novo tipo de representação e representantes por fora dos partidos políticos, sendo uma novidade na dinâmica política brasileira e não tendo claro ainda as interações de partidos que tais movimentos incidiram nas eleições de 2018 (MOURA, 2019).

*“Como já indica o próprio nome, são formados com o objetivo principal de renovar a estrutura política brasileira, especialmente por meio da incidência na representação política, e para isso é essencial a interação entre esses movimentos e os partidos políticos. Com o objetivo de compreender como os Movimentos de Renovação Política se apresentam como representantes na interação com os partidos políticos na dinâmica eleitoral.” (MOURA, 2019, p. 24)*

Portanto, não há como comparar essa variável presente nas eleições de 2018 com as eleições de 2014, por se tratar de uma novidade na política brasileira.

Os MRPs passam a desempenhar a função de formar quadros, fazer recrutamento político, no sentido de selecionar determinadas pessoas através de cursos de formação política e de liderança, que neste processo abandonam a “*vida comum*” para ingressar na carreira política (CZUDNOWSKI, 1975 apud. BRAGA, BOLOGNESI, 2013). Além de fazer uma seleção de

candidatos para concorrer às eleições estabelecendo acordos com partidos de que seus membros não necessariamente seguiram e diretrizes dos partidos, mas sim dos movimentos pelos quais eles foram eleitos (as).

Junior & Schmitz (2022) apontam como tais movimentos ao priorizarem a formação política, apesar de estabelecer uma relação contraditória com partidos políticos, de conflito *versus* cooperação, parecem funcionar mais como uma instância que forma novos quadros para os partidos políticos e tentam atender a demanda por renovação, no sentido substantivo, ao formarem atores e discutirem a implementação de políticas públicas.

### 2.3.4 ESPECIFICIDADES REGIONAIS

Se cada Partido define seus candidatos a partir de Convenções Regionais e possuem determinados redutor eleitorais, ou se o próprio fenômeno do peso de determinados capitais políticos, como o capital familiar, tem particularidades regionais, tomamos essa variável como um importante indicador para avaliar a ocorrência de *outsiders* na Câmara de Deputados.

Cox (1997) com a proposta de melhor compreensão da teoria de Duverger (1970) argumentou que o principal ponto de análise deve ser a magnitude de distritos eleitos para compreender a base de representação dos partidos.

O fato da votação para a Câmara dos Deputados ser por regra proporcional e o número de cadeiras ser distribuídas pelo número populacional de cada região administrativa (os Estados, no caso brasileiro), é uma importante variável para mapear e compreender o fenômeno de *outsiders* no país, além de levar em consideração os efeitos da descentralização política do país, que originou através das elites locais e de clivagens regionais (KERBAUY, 1999).

As leis de Duverger (1970) apontam para o fato de como sistemas eleitorais influenciam o comportamento dos partidos e definem uma estratégia de coordenação eleitoral pelas organizações partidárias, logo, se existem identidades, comportamentos a partir de clivagens regionais, é necessário levar em consideração como cada partido, a partir de sua inserção regional, local ou nacional vai elaborar o cálculo pré-eleitoral, optando por determinados candidatos (as) com mais chances de serem mais votados (as), essa é uma importante variável para analisar o fenômeno de *outsiders*, que antes de ser eleito (a) pelo eleitorado, são escolhidos (as) pelo Partido (tópico que discutiremos mais à frente no item “*Partidos e tipos de candidatos (as/es)*”

No capítulo 3, onde analisamos os dados, observamos que no ano de 2018, houve uma maior concentração de *outsiders* na Região Sudeste. Nossa hipótese é de que os partidos que elegeram *outsiders* neste ano, possuem mais força nessa região, como foi o PSL, por exemplo. Iremos discutir tais questões de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

### **2.3.5 PARTIDO E TIPO DE CANDIDATO (A/E)**

Os partidos políticos organizam a representação, ao recrutar, formar quadros e selecionar candidatos (as/es). Marengo & Santos ao estudarem sobre padrões de carreira política em partidos de esquerda e direita demonstraram como a ideologia é uma dimensão importante no perfil de carreiras dentro de cada partido. Ao se dedicarem a estudar o Brasil, Chile e Uruguay, os pesquisadores identificaram que nos partidos de esquerda existe a tendência da preferência por candidatos (as) que tenham uma trajetória no interior do partido, enquanto os de direita preferiam candidatos (as) com capitais políticos próprios.

Estrutura partidária, arena intra-partidária, espaço geográfico, ideologia e distribuição de recursos partidários são importantes dimensões para avaliar a preferência dos partidos por determinadas candidaturas; assim como o efeito das regras eleitorais.

A literatura demonstra como os partidos ainda são importantes organizações que coordenam o acesso à arena política institucional e eleitoral (BRAGA, BOLOGNESI, 2013). Diversas metodologias, abordagens e caminhos podem revelar dimensões importante sobre a escolha dos candidatos e mesmo que no Brasil tenhamos uma sistema de lista aberta, os partidos continuam selecionando e dando preferência para candidatos a partir das nominatas e a partir da distribuição de recursos para as campanhas eleitorais, como demonstra Schaeffer & Barbosa (2017) ao investigarem sobre a distribuição de recursos nos partidos do Rio Grande do Sul. Os autores constataram que os maiores partidos tendem a preferir e direcionar mais recursos para os *insiders* (SCHAEFFER & BARBOSA, 2017).

Por isso, a extrema importância de levar o partido em consideração ao avaliar *outsider*. Mesmo diante do recorrente argumento de que “*no Brasil se vota em candidato, não em partido*”, os partidos apresentam e selecionam suas candidaturas através de seus interesses de chegar ao poder, ganhar mais cadeiras e/ou ganhar maior legitimidade e maior orçamento estatal para manter e expandir suas atividades.

### 2.3.6. O PESO DO FINANCIAMENTO

Em meio às transformações na legislação eleitoral, as eleições de 2018 experimentaram pela primeira vez, novas formas de modelos de arrecadação de recursos (o *crowdfunding*), além de algumas novidades advindas da Minirreforma eleitoral de 2017 (CAMPOS & MESQUITA, 2019).

Secchi, Junior & Moraes (2018) identificaram que o partido NOVO foi um dos que mais lançaram mão da estratégia de arrecadação de recursos através do *crowdfunding* para a campanha eleitoral. Os autores indicam que há uma correlação positiva entre esta estratégia de campanha e o sucesso eleitoral. Segundo o estudo, os partidos e candidatos que utilizaram o *crowdfunding* tiveram 5,5 % mais chance de vitória que os outros candidatos (SECCHI, JUNIOR & MORAES, 2018).

Nesse sentido, podemos questionar se os (as) candidatos (as) do partido NOVO tendem a autofinanciar-se e se os recursos próprios podem ter auxiliado na seleção de suas candidaturas e, posteriormente, em seu sucesso eleitoral. Formulando melhor a questão: candidatos outsiders que se auto financiam têm chances maiores de ingressar na política? (SAMUELS & SHUGART, 2010 & SCHAEFER, 2017) ou as chances, na verdade, estiveram ligados à modalidade de campanha adotada- o *crowdfunding*? Já que foi uma modalidade alternativa emergentes após a proibição de doação empresarial realizada em 2015.

Secchi, Junior & Moraes (2018) apontam que além da questão do financiamento, o *crowdfunding* também pode gerar alguns aspectos comportamentais, como ganhos simbólicos, pela legitimidade que tal modelo pode proporcionar à candidatura, financiada por apoiadores e se distanciar de modelos tradicionais.

O *crowdfunding* surgiu como forma de financiamento eleitoral a partir das eleições municipais de 2016, mais precisamente, com a campanha de Marcelo Freixo (PSOL), candidato à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Em 2017, o TSE regulamentou a modalidade de arrecadação de recursos através da Lei nº 13.488, sendo as eleições de 2018 as primeiras em aplicar o modelo de forma ampla e maciça (SECCHI, JUNIOR & MORAES).

Pimenta & Bittencourt (2021) analisaram a modalidade de financiamento mais adotada pelo NOVO nas eleições municipais de 2020. Segundo os autores, os candidatos do Partido arrecadaram recursos, majoritariamente, através de recursos doados por pessoas físicas.

O fato do estatuto do partido se posicionar contrário a utilização de dinheiro público,

estando alinhado ao seu programa e posição ideológica, fizeram com que Pimenta & Bittencourt (2021) levantassem a hipótese de que os candidatos do Partido, com maiores chances de vitória, fossem aqueles com maior capacidade de autofinanciamento e com

influência e competência suficiente de conseguir uma quantia de recursos por doação de pessoas físicas de forma considerável.

Além da “novidade” de arrecadação de recursos, adotada pelo Partido NOVO de forma intensiva, outra dimensão se mostra muito relevante para entender a escolha de outsiders pelo partido. É importante ressaltar que se trata de um partido recente, e, que, portanto, o seu período de longevidade também pode influenciar na maneira e forma de seleção de seus candidatos (PANEBIANCO, 2005; SANTOS e SERNA, 2007).

## 2.4 MATERIAIS E MÉTODOS

Para coletar os dados necessários para a nossa amostra de *outsiders*, selecionamos os 513 deputados (as) eleitos (as) nos anos de 2014 e 2018 e excluimos aqueles (as) que:

- a) *Teve algum cargo na burocracia;*
- b) *Ocupou cargo legislativo ou executivo subnacional;*
- c) *Possui algum parente na política;*
- d) *Teve cargos em associações representativas e/ ou sindicatos.*

Para levantar tais dados utilizamos as biografias disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados, os dados contidos nas estatísticas eleitorais do TSE e complementamos a análise, devido à falta de algumas informações do Portal da Câmara, com a base de dados do Poder 360, onde coletamos dados acerca de cargos eletivos anteriores dos parlamentares.

Nos dados obtidos na base do TSE, coletamos os dados dos partidos, ocupação profissional (que também foram obtidos pelo Portal da Câmara dos Deputados) e coligações (dado que não analisamos por ora, por uma questão de viabilizar essa dissertação).

Para avaliar os dados sobre parentesco político utilizamos sites dos próprios parlamentares e de seus familiares políticos, assim como dados da Câmara dos Deputados e alguns materiais de campanha dos parlamentares e seus parentes políticos.

Parte dos dados desta pesquisa foram disponibilizados no Wikimedia Commons, repositório de dados do Wikipédia, a fim de documentar alguns anexos como os Diagramas de Parlamento, que estão na seção de anexos desta pesquisa.

### **CAPÍTULO 3 ANÁLISE DOS *OUTSIDERS* ELEITOS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014 E 2018**

A pergunta inicial que norteou essa pesquisa foi: O ano de 2018 foi o ano dos *outsiders*? Diante da discussão da literatura sobre carreiras políticas, descrita ao longo do texto podemos

fazer as seguintes perguntas: o crescimento dos partidos de direita trouxe o fenômeno de *outsiders*? Ele é inerente à estrutura partidária destes partidos ou é apenas conjuntural? Ou é a interação entre o contexto e o comportamento de determinadas organizações partidárias?

Estas perguntas merecem uma investigação mais aprofundada, mas aqui tentamos responder à questão inicial que deu origem a este trabalho: se as eleições de 2018 elegeram mais *outsiders*.

Para não enviesar o trabalho analisando somente o período de 2018, ampliamos a análise para 2014 e comparamos estas duas legislaturas eleitas.

### 3.1 COMPARAÇÃO DOS DADOS DE 2014 E 2018

Em 2014 foram eleitos 18 *outsiders*, enquanto em 2018 foram 52 eleitos, o que aponta para um aumento de 65,38%. Apesar do aumento de mais da metade em relação à 2014, o percentual de *outsiders* eleito corresponde a apenas 10,13% do total de parlamentares na Câmara dos Deputados, comparando com o universo dos 513 deputados (o total) a quantidade de *outsiders* não é significativamente alta. No entanto, em comparação com a legislatura anterior, a taxa de crescimento de 65,38% merece atenção.

**Quadro 1: *Outsiders* eleitos em 2014 e 2018 e variação comparativa**

<i>Outsiders</i> 2014	<i>Outsiders</i> 2018	Variação (%)
18	52	65,38%

Elaboração própria com base nos dados do TSE

Nascimento & Beker (2021) destacam a renovação ocorrida em 2018. Os autores argumentam que a Operação Lava Jato incidiu sobre tal fenômeno e contribuiu para uma mudança no sistema partidário, a partir da mudança eleitoral.

A reação da classe política à Lava Jato foi uma reforma política que, segundo os autores, tinha como objetivo amenizar os efeitos da insatisfação e revolta com a política causada pela operação. Mesmo com as ações de tal reforma, onde os partidos tradicionais e maiores recebem mais recursos financeiros, tal ação não conseguiu bloquear os desafiantes políticos e o crescimento dos partidos menores.

A desestabilização do sistema partidário a partir da Lava Jato<sup>6</sup> foi somada ao processo de realinhamento partidário que segundo Abranches (2019) estava ocorrendo desde as eleições

<sup>6</sup> Os autores apresentam uma série de dados sobre mudança dos nomes dos partidos, mudanças de políticos para partidos, tudo isso, para tentar contornar os efeitos da Operação Lava Jato realizada em 2016.

de 2010, sendo o período de 2010 e 2018 um momento de modificações expressivas nos padrões de interações entre os partidos políticos e junto a isso, a alteração do comportamento político dos eleitores, que para Nascimento & Beker (2021) são dimensões que se conectam. Porém, eles salientam que “(...) *a mudança eleitoral muitas vezes é mais o resultado do que a causa de uma mudança do sistema partidário*” (NASCIMENTO & BEKER, 2021).

*“(...) por isso, é central a distinção “entre os processos de mudanças eleitorais, por um lado, e mudanças nos sistemas partidários e na estrutura de concorrência, por outro” (MAIR, 1997, p. 200, tradução nossa). Noutros termos, alinhamentos eleitorais podem mudar sem afetar significativamente a estrutura da competição e, portanto, sem necessariamente alterar o caráter do próprio sistema partidário. Também, a estrutura da competição partidária (e, por conseguinte, a própria natureza do sistema partidário) poderia ser transformada sem qualquer fluxo eleitoral prévio significativo. (MAIR, 1997). Mas, no caso em tela, temos um processo de mudança ocorrido entre 2010-2018, não podendo ser explicado apenas pela mudança eleitoral resultando uma alteração na estrutura de competição, que é motivada por fatores exógenos ao sistema partidário.” (NASCIMENTO & BEKER, 2021, p. 312).*

Ao recuperar as teorias de Mair (1997), os autores também destacam como as mudanças eleitorais não necessariamente impactam na estrutura de competição e no sistema partidário e que episódios como a Operação Lava Jato podem operar mudanças no sistema partidário e consequentemente na estrutura de competição e ainda na mudança eleitoral, **que é mais o resultado do que a causa de uma mudança no sistema política como um todo.**

Os dados iniciais da amostra das eleições de 2018 revelam que os partidos que mais elegeram *outsiders*, segundo a definição que apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação, foram partidos considerados pela literatura como sendo de direita: PSL (34, 4%), PRB (6,3%) e Partido NOVO (6,3%) (MENEGUELLO, MAINWARING & POWER, 2000; CURI & CAETANO, 2021).

Parte da literatura argumenta que partidos de direita tendem a eleger mais *outsiders* que partidos de esquerda (SANTOS & SERNA; SAMUEL & SHUGART, 2013). Por isso, para além da hipótese inicial deste trabalho (*HI*: O momento da ascensão de movimentos populistas de direita abriu uma janela de oportunidades para o sucesso eleitoral dos *outsiders* de 2018), os partidos de direita no Brasil, segundo Santos & Serna (2013), já possuem tendências de selecionar candidatos *outsiders*, normalmente candidatos que já possuem recursos próprios, sejam eles financeiros ou simbólicos. Sendo os partidos de esquerda que tendem a bloquear atores que não tem vínculo com a estrutura partidária (do próprio partido) e não possuem vínculos com movimentos sociais (MARENCO e SERNA, 2007).

Já o de 2014 o partido que mais elegeu *outsiders* foi o PSDB (16,3%), partido considerado pela literatura como um partido de quadros e com um perfil parlamentar mais profissionalizado que os demais partidos (RIBEIRO & D'ARAÚJO, 2019); em segundo lugar, o PMDB (atual MDB) (12,2%), partido que possuiu até a legislatura de 2014 o papel de partido pivô no chamado “*presidencialismo de coalizão*” (ABRANCHES, 1988).

Na tabela abaixo, mostramos a quantidade de *outsiders* em comparação com a bancada total do partido representada na Câmara dos Deputados, nas eleições de 2014 e 2018.

**Quadro 2:** Quantidade de parlamentares eleitos por partido nos anos de 2014 e 2018 e total das bancadas eleitas pelo Partido.

<b>Partido</b>	<b><i>Outsiders</i> 2014</b>	<b><i>Bancada total do partido em 2014</i></b>	<b><i>Outsiders</i> 2018</b>	<b><i>Bancada total do partido em 2018</i></b>
PSDB	2	54	0	29
PMDB (MDB)	1	66	1	34
PSC	1	12	1	8
PRB (REPUBLICANO)	0	21	4	30
PHS	1	5	1	6
PSD	2	37	2	34
PTC	0	2	0	2
PRP	0	3	1	4
PT	1	70	0	56
SD	1	15	1	13
PSB	2	34	2	32
PSL	1	1	20	52
PTN	1	4	0	0
PV	0	8	0	4
NOVO	0	0	4	8
PMN	0	3	1	3
REDE	0	0	1	1
PP	1	36	2	37
PR (PL)	0	34	1	33
DEM	0	22	3	29
PDT	0	19	2	28



PPS (CIDADANIA)	1	10	0	8
AVANTE (PTB)	0	25	1	10
PODEMOS	0	4	1	11
PATRIOTA	0	3	1	5
PSOL	0	5	0	10

Elaboração própria. Fonte: Site Câmara dos Deputados

Em 2018, as novidades aparecem com partidos recentes, como o Partido NOVO, que competiu nas eleições gerais pela primeira vez e elegeu 4 deputados à Câmara Federal. Outra mudança relevante foi o desempenho alto de pequenos partidos, como o PSL, que no ano de 2014 elegeu 1 *outsider* e em 2018 20 parlamentares *outsiders*, tendo um crescimento estatístico de 1900 % e partidos grandes como o PSDB não elegeram nenhum *outsider*.

O Partido NOVO, criado em 2011 e registrado em 2015, passou a concorrer às eleições a partir do ano de 2016. Em seu primeiro pleito nas eleições gerais ele se destacou por conseguir em eleger o governador de Minas Gerais, Romeu Zema e ficou famoso por negar financiamento público e ser contrário a este, pelo “(...) *fim da mordomia com dinheiro público*”<sup>7</sup>.

Para as suas campanhas e o financiamento das atividades partidárias, o Partido NOVO ficou conhecido por adotar o modelo *crowdfunding* de doação (PIMENTA & BITTENCOURT, 2020). Com a proposta de renovação política, o Partido NOVO recruta e seleciona candidatos (as) que não possuem nenhum vínculo com a política. Na nossa amostra todos os parlamentares que se foram eleitos em 2018 pelo NOVO não possuem parentes na política e não tiveram nenhum cargo anterior na política institucional, porém, fazem parte de uma classe profissional bastante comum na política, a dos empresários. Mas, por ora, todas as variáveis que consideramos constituem este eleitos em *outsiders* políticos, a maioria deles têm ligação e fazem parte de movimentos suprapartidários de Renovação Política também, são todos homens, jovens e empresários.

Para Lemos (2018), a eleição dos deputados do Partido NOVO representa uma “*substituição de elites*”. A presença do empresariado brasileiro sempre esteve próxima à política institucional e fazer parte deste grupo constitui um padrão de perfil ocupacional/socioeconômico dos parlamentares brasileiros (CODATO, COSTA & MASSIMO, 2012). O que ocorreu em 2018, segundo Lemos (2018) foi uma renovação deste grupo: parlamentares mais jovens, com a média e 30 anos, que estão inseridos no setor

<sup>7</sup> Posicionamentos do Partido NOVO: <https://novo.org.br/novo/posicionamentos/>

privado e sem experiência política, “ (...) não é um fenômeno novo. Os empresários sempre estiveram no poder. Apenas agora vêm com outra roupagem” (LEMOS, 2018).

O próprio estatuto do Partido aponta que a organização recruta e seleciona candidatos que não estiveram na esfera político-partidária antes. Tal posição está ligada a intenção e tentativa de renovação política por parte do Partido, que anuncia e tenta se distanciar da política tradicional já a partir do nome: “NOVO”.

Outro ponto relevante que é encontrado no programa e estatuto do Partido, é o requisito de além de não ter experiência política/partidária anterior, também ter “ficha-limpa”, válido tanto para os filiados quanto para os candidatos. Além de limitar o “carreirismo político”, ao vetar a reeleição em âmbito legislativo, com o objetivo de haver uma renovação política constante nos quadros eleitos pelo partido (PIMENTA & BITTENCOURT, 2021).

Podemos sugerir, diante destas informações, que o Partido NOVO, possivelmente, sempre tenta recrutar e selecionar candidatos *outsiders*, já que a proposta do Partido tem a ver com a renovação política e quebra de uma forma de fazer carreiras políticas, com a hipótese de que tal movimento de limitação, pode gerar mais eficiência na administração pública.

Diante destes dados apresentados podemos afirmar que os partidos que elegeram mais *outsiders* à Câmara dos Deputados no ano 2018 são partidos considerados de direita.

Este achado nos leva a questionar se isso é um fenômeno comum dentro de partidos de direita, dado que os partidos deste espectro político têm maior propensão a recrutar candidatos que são externos e independentes da estrutura partidária (MARENCO e SERNA, 2007; NORRIS, 2013; RIBEIRO & D’ ARAÚJO, 2019) ou se isso tem a ver apenas com uma questão conjuntural das eleições de 2018.

Machado & Quadros (2018) identificaram um pequeno grupo de parlamentares que passaram a superar o fenômeno da “*direita envergonhada*” no Congresso Nacional, quebrando assim o mal estar dos parlamentares em se posicionar como sendo de direita (RODRIGUES, 1987; POWER & ZUCCO JR, 2009; MADEIRA & QUADROS, 2018).

Estes atores, com pouca experiência e *expertise* política, eram bastante ativos em pautas conservadoras, como as políticas públicas relacionadas ao aborto e a segurança pública (MADEIRA e QUADROS, 2018).

Diante desta observação poderíamos supor que a tendência de partidos de direita elegerem *outsiders* junto com o “*momento*” de ascensão de grupos, partidos e lideranças de direita cooperaram para o aumento significativo de *outsiders* desse espectro político na Câmara dos Deputados em 2018.

Ressalta-se que o PSL foi o partido que mais elegeu *outsiders*, segundo a nossa definição, além de se tornar a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, a partir de 2018. Uma hipótese plausível é que se pode ter operado o efeito *coattails*, que acontece quando eleições para o executivo e legislativo são realizadas de maneira simultânea, de forma que o candidato presidencial “*puxa*” votos para os candidatos do partido.

Nesse sentido, também é importante levantar a hipótese de que se os candidatos do PSL, à Câmara, foram ou não beneficiados, de forma simbólica e financeira, com a campanha de Bolsonaro à presidência.

Um caminho interessante para averiguar tal ocorrência seria avaliar o conteúdo das campanhas dos parlamentares, se eles se associaram ou não ao candidato presidencial e, também, quais modalidades de arrecadação de recursos foram mais utilizadas por eles, assim como investigar as motivações da doação de pessoas físicas para as campanhas destas candidaturas.

### **3.2 HOMENS E MULHERES *OUTSIDERS***

As eleições de 2018 foi o pleito que mais elegeu mulheres à Câmara Federal na história. Foi um aumento de 51% de mulheres em comparação com as eleições gerais de 2014, com uma variação positiva de 26 cadeiras a mais para a Bancada feminina na Casa. Em 2014 foram 51 deputadas eleitas e em 2018 foram 77 (ALVES & OLIVEIRA, 2020).

Ao considerarmos o fato de que a classe política brasileira é formada majoritariamente por homens, o aumento de mulheres na representação parlamentar pode ser um importante indicador de um crescimento de *outsiders* na arena legislativa.

No entanto, a sub-representação das mulheres ainda é uma realidade constante no sistema político brasileiro. Apesar do aumento de mulheres na Câmara dos Deputados em 2018, o Brasil decaiu no *ranking* da *Inter Parliamentary Union* (IPU)<sup>8</sup> foi de 115° para a 140°, devido ao avanço de outros países no quesito representação feminina nos Parlamentos.

Apesar do Brasil ter iniciativas desde os anos de 1995, quando a Lei 1.900, estabeleceu que 20 % das candidaturas apresentadas pelos partidos deveriam ser reservadas às mulheres, mas depois dos constantes aumentos, a superação da sub-representação das mulheres ainda é um desafio na política brasileira.

---

<sup>8</sup> <https://www.ipu.org/about-us>

Sem perder de vista tal fenômeno, Alves & Oliveira (2020) tentam responder o porquê do ano de 2018 ter eleito o maior número de mulheres à Câmara dos Deputados. Segundo os pesquisadores, uma mudança significativa é o impacto da Resolução nº 23. 568/2018 do STF, que regulamentou o Fundo Especial de Campanha (FEFC), definindo que os partidos deveriam destinar 30% do FEFC para candidaturas femininas (BACKES et. al., 2019 apud. ALVES & OLIVEIRA, 2020).

No entanto, esse número de mulheres na Câmara não corresponde ao de mulheres *outsiders*, esta é uma distinção essencial nessa dimensão de gênero, apesar da presença feminina quebrar com um padrão de composição social na Câmara dos Deputados; a literatura aponta que a maior parte das mulheres que ingressam na política utilizam de um tipo de capital político originário que é comum na política brasileira: o capital familiar. Por isso, neste estudo separamos mulheres de mulheres *outsiders*.

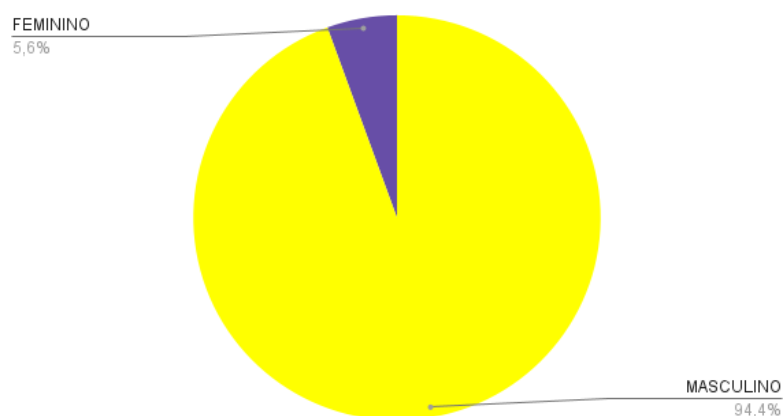
Na tabela abaixo podemos observar o número de mulheres e homens *outsiders* eleitos (as) nos anos de 2014 e 2018 para a Câmara dos Deputados e a variação estatística entre estas eleições.

**Quadro 3: Número de *outsiders* mulheres e *outsiders* homens eleitos nos anos de 2014 e 2018 e sua variação percentual**

<b>Gênero</b>	<b><i>Outsiders 2014</i></b>	<b><i>Outsiders 2018</i></b>	<b>Variação (%)</b>
Feminino	1	11	90,91%
Masculino	17	41	58,54 %

Elaboração própria Fonte: Estatísticas eleitorais TSE

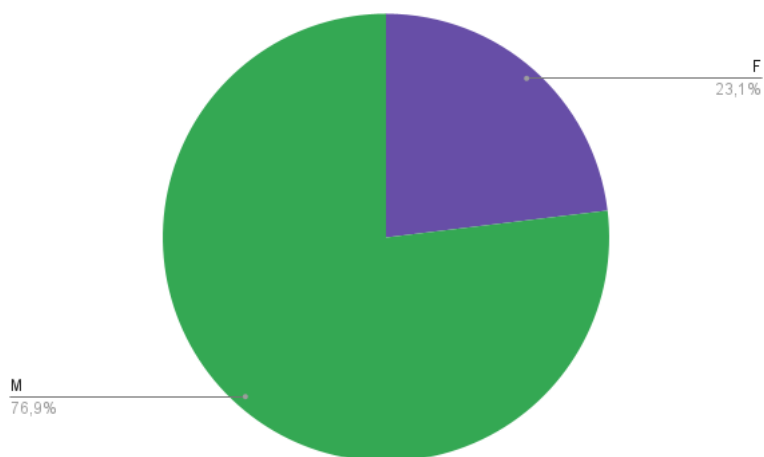
**Gráfico 1: Percentual de homens e mulheres *outsiders* eleitos (as) para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2018**



Elaboração própria com base nos dados disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados

Em 2014 os homens representavam 94,4% de *outsiders*, as mulheres apenas 5,6 %. Já em 2018, os homens representaram 76,9 % desse grupo de estreantes na política, enquanto as mulheres 23,1%. Houve um aumento de 312,5% no número de mulheres *outsiders* em 2018 em relação à 2014.

**Gráfico 2: Gênero de *outsiders* eleitos (as) para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2018**



Estes números revelam uma diminuição da diferença de gênero no grupo de *outsiders* em 2018 e apesar da persistência do fenômeno da sub-representação feminina que está presente também no grupo de parlamentares *outsiders*, indica um avanço que pode ser atribuído segundo Alves & Oliveira (2020) à destinação do financiamento das campanhas femininas pelos partidos.

Os partidos políticos são agentes fundamentais no que diz respeito à inclusão de mulheres na política, pois são estas organizações que selecionam e direcionam o financiamento para campanhas eleitorais, não sendo essa distribuição igualitária, mas que é feita baseada nos candidatos que os partidos têm mais chance, como já demonstrou Schaefer & Barbosa (2017). Tanto a seleção quanto a destinação de verbas para as campanhas eleitorais são variáveis importantes, pois podem determinar as chances de vitória e entrada de determinados grupos sociais à política institucional.

Portanto, as dinâmicas intra-partidárias mostram ser de extrema relevância para compreender como as organizações partidárias recrutam, selecionam e financiam as mulheres. Antes da escolha eleitoral, existe a escolha partidária. Mesmo que haja diversos discursos e argumentos de que os partidos são frágeis, eles continuam realizando um importante papel de organização e detêm um grande controle sobre a entrada de novos atores, apesar dessa escolha também ter muitas incidências, como da legislação eleitoral e partidária, em detrimento do próprio eleitorado.

Em um estudo de Dantas & Roeder (2015) sobre a seleção de candidatos do PSTU, é possível ver que para além do cumprimento à política de cotas para mulheres e afrodescendentes, o partido possui uma estrutura organizativa que gera mais incentivos para a participação de grupos minoritários no processo de seleção de candidatos e elaboração da lista partidária.

Desse modo, podemos considerar que as cotas, como propôs uma das dirigentes do PSTU, Daniela Mussi, não sejam suficientes e nem sempre garantem de fato a participação das mulheres, é necessário ter políticas cotidianas e organizacionais, inclusive, de criar ambientes favoráveis à liderança das mulheres nos próprios partidos.

Criar condições significa não apenas ter cotas, mas, tomando o exemplo do PSTU, ter políticas que possam oferecer tempo livre e tempo para a política para que as mulheres, possam ter efetiva participação na política

### 3.4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ELEIÇÃO DE *OUTSIDERS* EM 2014 E 2018

A política no Estado de São Paulo sofreu mudanças importantes a partir do ano de 2018, um estado fundamental para entender a política nacional. Além da complexidade socioeconômica e demográfica, São Paulo é o estado onde todos os partidos estão registrados, também é o lugar de origem de dois partidos que comandaram a política nacional por mais de duas décadas, o PT e o PSDB.

O fato de que o PSL e pequenas siglas passarem a ganhar espaço no estado de São Paulo, mostra transformações importantes e quebra a hegemonia do PSDB, iniciada nos anos de 2006 (MENEGUELLO, KERBAUY, 2020).

Além disso, é necessário considerar que os Estados com os maiores percentuais de eleitores (RJ, MG e SP) da Região Sudeste são os estados com o maior número de cadeiras na Câmara. Para avaliar esses percentuais, é necessário levar em conta que a eleição para a Câmara dos Deputados é proporcional, ou seja, a região sudeste, pela regra, têm a maior quantidade de cadeiras; nesse sistema as vagas para o cargo de deputados federais são determinadas de acordo com a população de cada Estado.

Mas, de qualquer forma, a concentração regional desses *outsiders* pode estar ligada a preferência do eleitorado, a escolha dos partidos, ou também as ligações que se estabeleceram em nível regional, assim como a “*racionalidade contextual específica*” (LIMA JR., 1983). formada em determinada região, de acordo com sua história, estrutura socioeconômica, demográfica, estrutural e cultural que constituem elementos que tornam o aspecto regional ser um vetor explicativo para determinados comportamento político do eleitorado e das elites políticas formadas em cada localidade (MENEGUELLO, KERBAUY, 2020).

A partir desses dados, há muitas hipóteses e caminhos para se seguir na investigação. Se formos, por exemplo, considerar o fenômeno da “*nova direita*”, a literatura demonstra que a opção por candidatos de direita é, na verdade, um fenômeno regional e localizado, sobretudo, no Sudeste (CODATO; BERLATTO & BOLOGNESI, 2018).

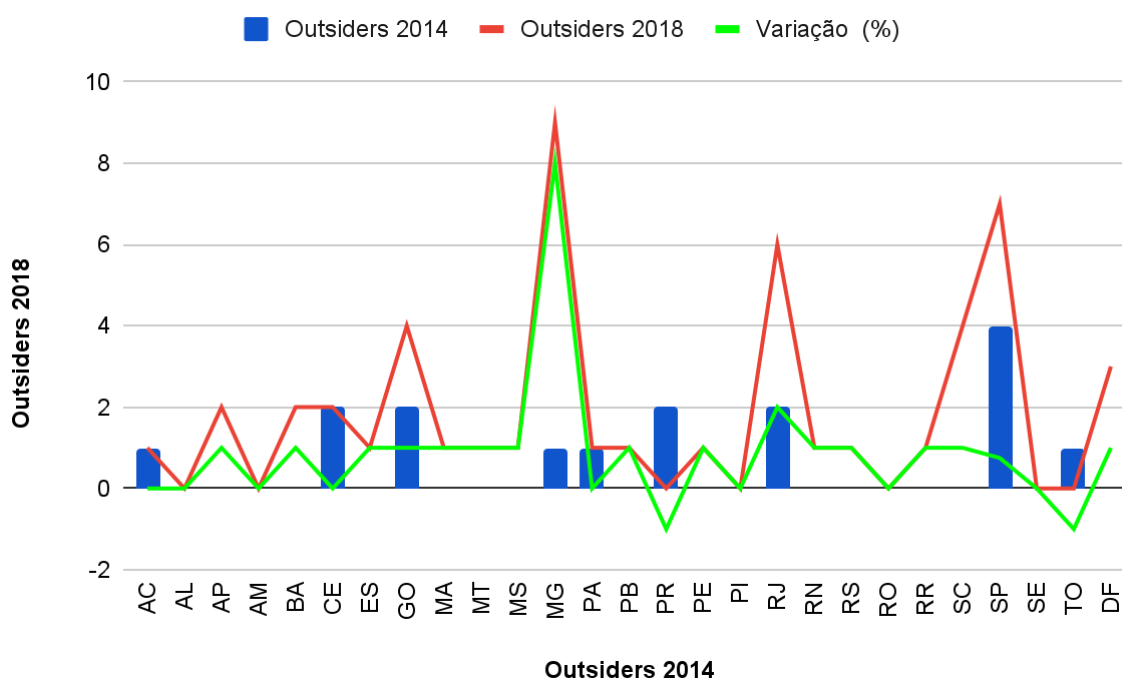
Outro aspecto relevante é a distribuição demográfica dos *outsiders* eleitos (PANEBIANCO, 2005; BABIRESKI & ROEDER). O PSL elegeu a maior parte de suas candidaturas *outsiders*

no 1) Rio de Janeiro (23,8%); 2) Minas Gerais (14,3%); 3) São Paulo (14,3%) e 4) Santa Catarina (9,5 %).

Codato, Bolognesi & Roeder (2015) apontam que o fenômeno eleitoral da “nova direita” no Brasil estava concentrado em regiões geográficas bastante definidas: o Sudeste e Sul do país.

O fato de que a maior parte dos *outsiders* eleitos pelo PSL estão alocados nesta região, além de ser um partido posicionado no campo conservador eleitoral, reforça a hipótese de que a ascensão de *outsiders* nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2018, teve uma motivação ideológica, tanto pela demanda e como pela oferta de tais candidaturas no mercado eleitoral (CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015).

**Gráfico 3: Distribuição geográfica de *outsiders* eleitos nos anos de 2014 e 2018 à Câmara dos Deputados e percentual de variação estatística**



Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo TSE (item Estatísticas eleitorais)

O Estado de São Paulo é o estado que mais elegeu *outsiders* em 2014 e em 2018. É necessário considerar que São Paulo possui o maior colégio eleitoral do país, e, portanto, também é necessário levar em consideração que é o Estado que mais têm cadeiras na Câmara Federal.

Minas Gerais dá um salto. Em 2014 elegeu um *outsider* e em 2018 cresceu em torno de 800 % elegendo 9 *outsiders* à Câmara Federal. Diante do crescimento de Minas Gerais, São Paulo cresce apenas 75% de 4 eleitos em 2014 e passa a ter 7 em 2018.

O Rio de Janeiro cresceu 200% nas eleições de *outsiders* em 2018. Em 2014 o Estado havia eleito apenas 2 *outsiders* e esse número subiu para 6 em 2018.

### 3.5 FAIXA ETÁRIA

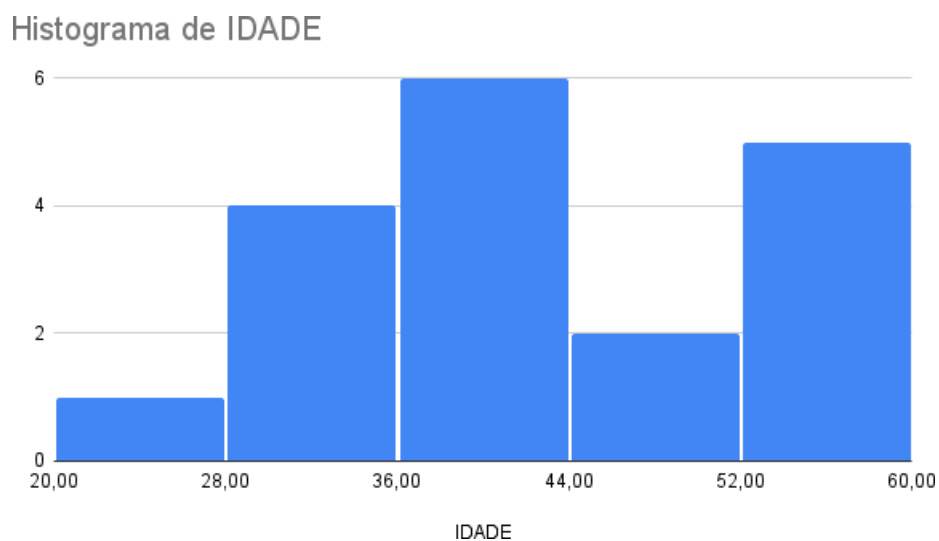
Em relação a idade, pouca coisa mudou em relação ao padrão da classe política brasileira. Mas existe uma tendência de *outsiders* serem mais jovens, pelo menos é o que demonstraram os dados iniciais deste estudo.

A “*Bancada Lemann*”<sup>9</sup>, por exemplo, elegeu 3 políticos abaixo dos 40 anos, Felipe Rigoni (PSB), 30 anos (eleito com 27 anos) Tábata Amaral (eleita pelo PDT, hoje está no PSB), 25 anos (eleita com 22 anos); e Tiago Lima Mitraud de Castro Leite (NOVO), 35 anos (eleito com 32 anos).

---

<sup>9</sup> A “*Bancada Lemann*” é composta por aqueles (as) políticos que participaram de programas para estudar em universidades de elite no exterior e voltaram ao Brasil, financiados pela Fundação Lemann.

**Gráfico 4: Histograma com as idades dos (as) *outsiders* eleitos (as) nas eleições de 2014**

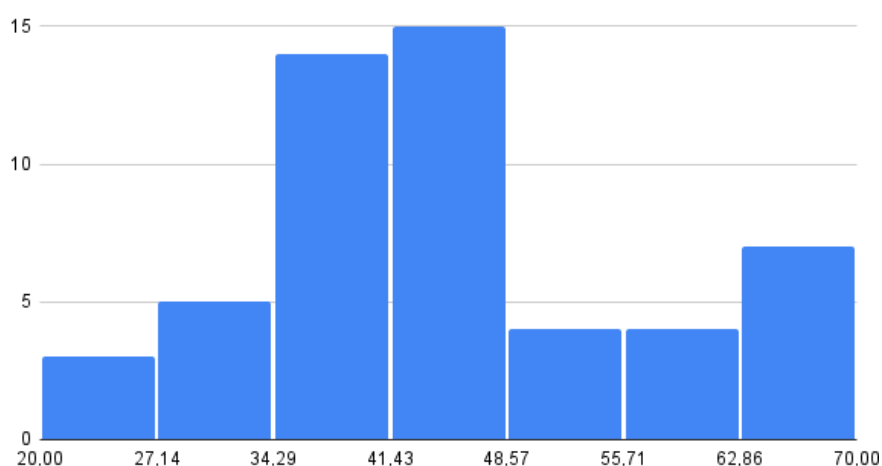


Elaboração própria com base nos dados do TSE

No ano de 2014 são eleitos (as) *outsiders* com uma média de diferença de 10 anos a menos da classe política tradicional, que normalmente é eleita para a Câmara dos Deputados com 40 a 50 anos de idade (CODATO, COSTA & MASSIMO, 2012).

**Gráfico 5: Idade dos (as) *outsiders* eleitos (as) à Câmara dos Deputados em 2018**

Histograma Faixa Etária



Elaboração própria com base nos dados do TSE

As eleições de 2018 reforçam o achado de que *outsiders* tendem a ser mais jovens que políticos tradicionais; os (as) *outsiders* eleitos (as) entre seus 21 aos 37 anos aumentaram significativamente em relação à 2014, mas também é necessário levar em consideração que as amostras não são quantitativamente iguais para comparar tal variável com precisão, já que em 2018 foram eleitos (as), 33 deputados a mais que em 2014.

Mas, ainda assim, permanecem políticos com 50 anos ou mais e que, inicialmente, se configuram como *outsider* de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo conceito que utilizamos e operacionalizamos nesta pesquisa.

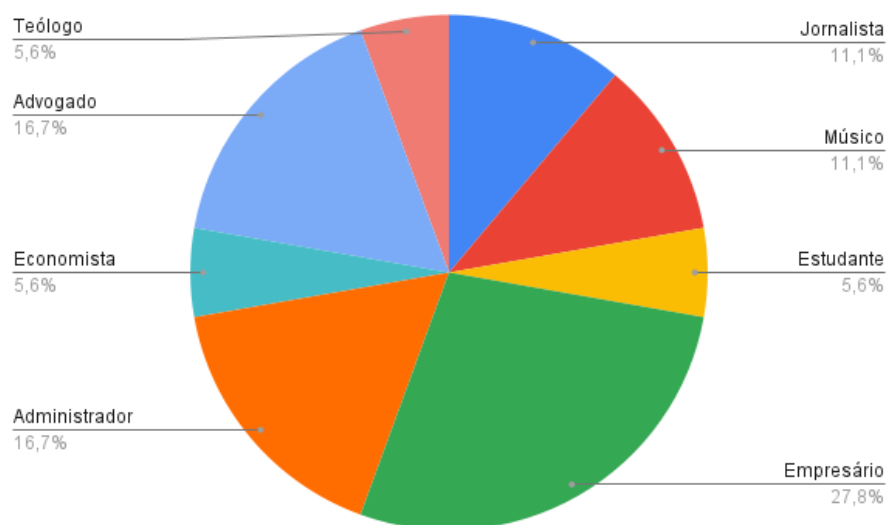
### 3.6 OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

Codato, Costa e Massimo (2012) propõem uma definição e mensuração de posições sociais de origem e grau de disposição política que existem em ocupações profissionais. Segundo os autores, estudar a profissão de origem dos atores políticos pode iluminar questões acerca da formação de elites políticas e padrões de recrutamento.

A ocupação profissional, como demonstrado pelos autores pode oferecer atributos e habilidades importantes para o ingresso na política, assim como a linguagem específica da política, a retórica, capital social “ (...) e a imagem do homem hábil, capaz de se mover com desenvoltura no cipoal de leis, acordos, negociações e órgãos da administração pública.” (SANTOS, 1997).

Nos nossos achados, a ocupação de empresário é mais recorrente entre os/as outsiders de 2018, com o percentual de 21, 5%, seguida de advogado (a) com a porcentagem de 7,7%, depois a de administrador (a) com 4,6% e de engenheiro com 4,6%. Essas foram as profissões mais proeminentes no universo dos 68 *outsiders* eleitos (as) em 2018.

### Gráfico 6: Ocupação profissional anterior de *outsiders* eleitos (as) em 2014

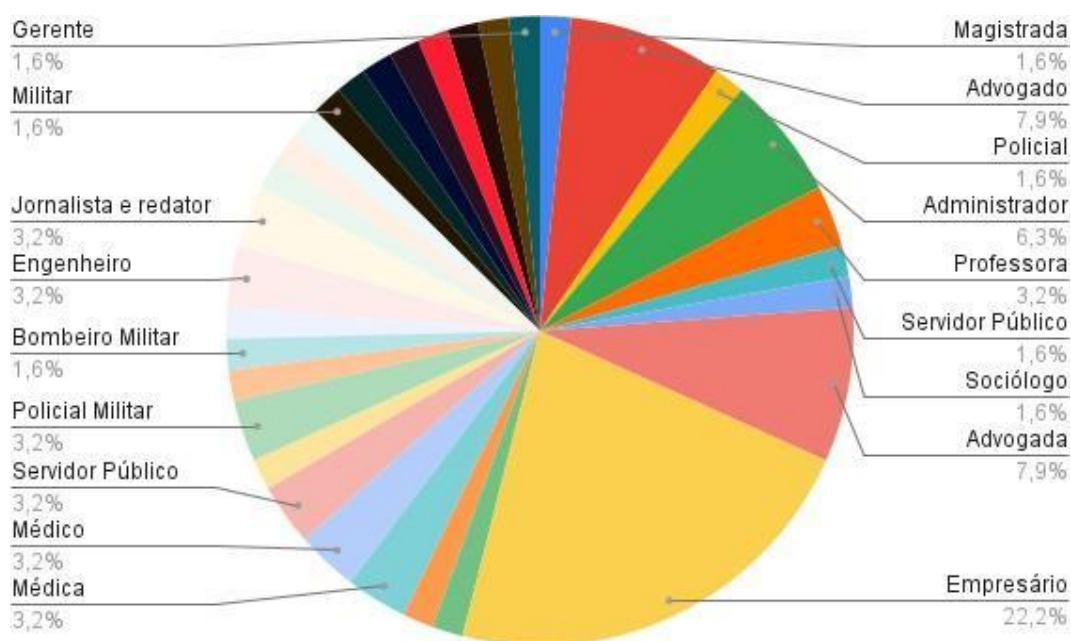


Elaboração própria com base nos dados disponíveis do Portal da Câmara dos Deputados

No ano de 2014 já observamos dois tipos de profissão um pouco diferentes das ocupações clássicas que dão entrada na política. O teólogo e o músico. A categoria estudante apesar de ser mais recente ainda é mais próxima ao ambiente político, tendo em vista que no ambiente universitário existem diversos espaços de aproximação e formação política como o movimento estudantil, os centros acadêmicos e as instâncias de representação da classe estudantil.

O fato de aparecer o teólogo pode estar ligado ao fato do crescimento do evangelismo no Brasil e a organização e esforços destes setores religiosos em buscar representação no Congresso (MACHADO & QUADROS, 2018).

**Gráfico 7: Ocupações profissionais dos *outsiders* eleitos em 2018**



Elaboração própria com base nos dados abertos da Câmara dos Deputados

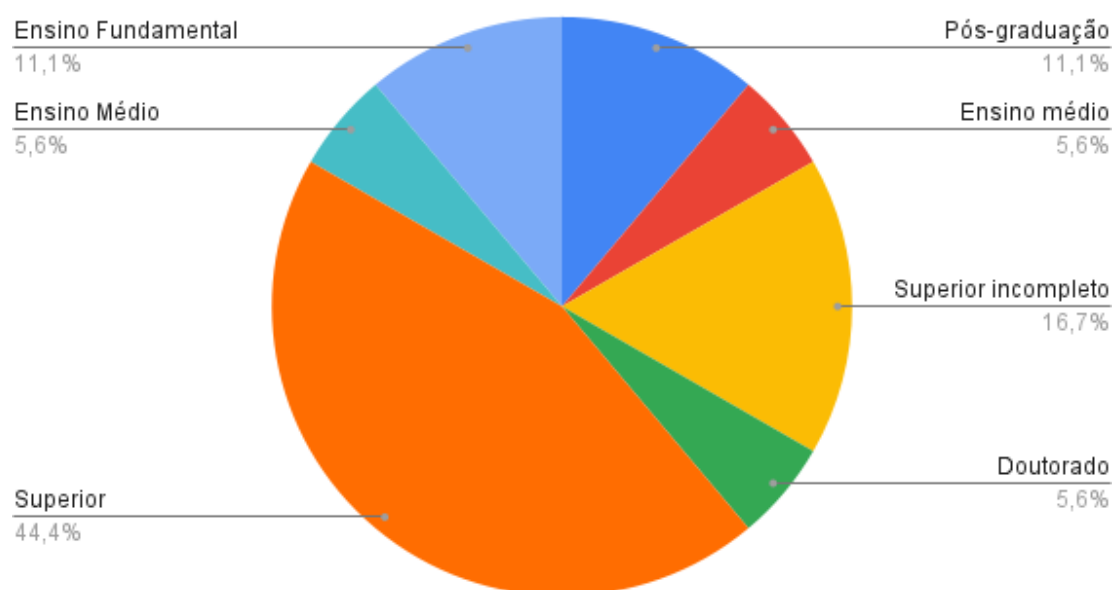
Em 2018 existe uma diversidade maior de ocupações profissionais que precedem a vida parlamentar dos *outsiders* eleitos neste ano. Mas, como já supracitado no item “Faixa Etária”, existe uma diferença numérica do aumento de outsiders em comparação com o ano de 2014; portanto, tal explicação dessa gama maior de profissões pode ser explicada a partir deste aumento.

Destacamos também como a profissão ligada à atividade de segurança pública ganha espaço entre os *outsiders* em 2018. Podemos supor que a seleção deste atores políticos pelos partidos pode ser oriundo de uma pauta cada vez mais atrativa ao eleitorado, diante dos altos índices de insegurança e violência pelo país, assim como os casos de corrupção da classe política, em grande medida, promovida pela Operação Lava Jato.

### 3.7 ESCOLARIDADE

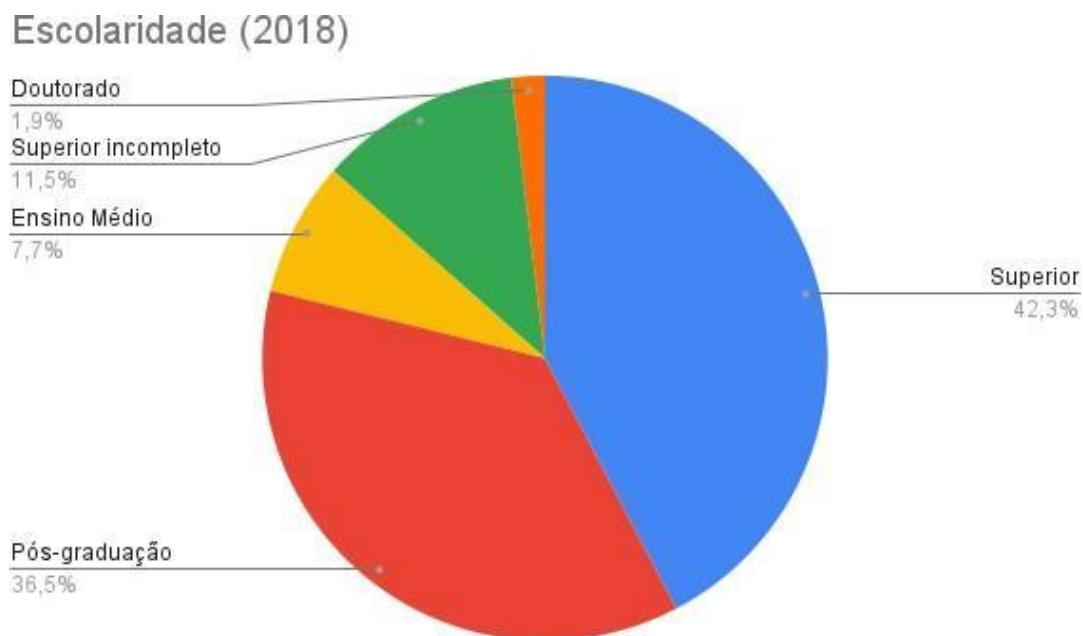
A escolaridade é uma variável importante para medir a mudança na classe política. A literatura sobre profissionalização política no Brasil (SANTOS, 1997; CODATO, COSTA, MASSIMO, 2014; RIBEIRO & D'ARAÚJO, 2019) indica que a variável é útil para identificar as características dos partidos, já que são eles que recrutam e selecionam os candidatos. Além disso, a escolaridade também pode indicar se há uma democratização da classe política, pois as profissões intelectuais são dominantes no ingresso na política. É importante notar que, apesar de os movimentos suprapartidários terem surgido no cenário político brasileiro contemporâneo, os partidos políticos ainda têm um papel crucial na seleção de candidatos.

**Gráfico 8: Escolaridade de *outsiders* eleitos (as) nas eleições de 2014**



Elaboração própria com base nos dados abertos da Câmara dos Deputados

**Gráfico 9: Escolaridade de *outsiders* eleitos (as) nas eleições de 2018**



Elaboração própria com base nos dados abertos da Câmara dos Deputados

A escolaridade de 50 % dos (as) *outsiders* é até o Ensino Superior e 31, 3% da pós-graduação. O nível de doutorado também poderia estar classificado no conjunto da pós-graduação, mas realizamos a separação por ser um nível superior no ambiente da pós-graduação, ou seja, tais parlamentares tiveram um tempo de formação no ambiente acadêmico maior que os demais agrupados na pós-graduação.

Um próximo passo é identificar esses níveis de formação em cada um dos partidos que mais elegeram parlamentares *outsiders*, para identificar como tais variáveis se comportam em cada partido, sobretudo, no PSL, o partido que disparadamente elegeu a maior bancada da Câmara dos Deputados em 2018.

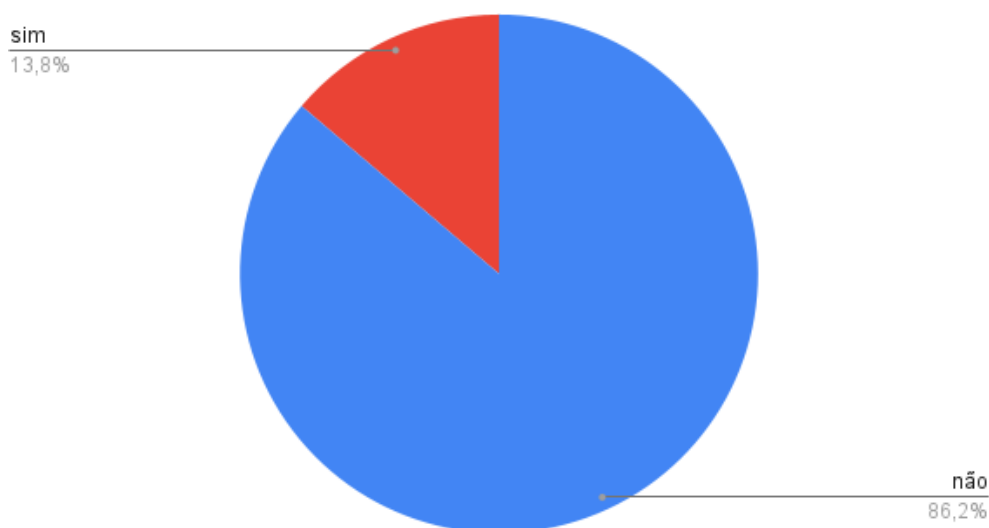
### 3.8 MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA (2018)

Outro dado que nos pareceu relevante é a participação de alguns *outsiders* em movimentos suprapartidários de renovação política, a partir do ano de 2018.

Tais movimentos tiveram uma grande capacidade de recrutar e selecionar candidatos (as) para concorrer às eleições deste ano.

No gráfico abaixo apresentamos os dados do percentual de *outsiders* eleitos (as) em 2018 que participaram desses movimentos.

**Gráfico 10: *Outsiders* que participaram de movimentos de renovação política e que foram eleitos (as) nas eleições de 2018**



Elaboração própria com base nos dados disponibilizados nos sites dos MRPs e nas biografias disponibilizadas pelos próprios parlamentares

Apesar de representar um percentual razoavelmente baixo em relação ao total de *outsiders*, o fato destes movimentos terem exercido a função de apresentar “*novos*” atores à política institucional demonstra uma transformação importante no sistema político brasileira e pode constituir-se como uma nova forma (alternativa ou em cooperação com os partidos políticos) de formação de elites parlamentares.

Identificamos uma forte presença de *outsiders* que fizeram/fazem parte do Renova BR; movimento criado em 2017, por Eduardo Mufarej. Poderíamos pensar que movimentos como o Renova BR, estão, em parte, realizando uma das tarefas dos partidos políticos: criar e renovar seus quadros e, como tais movimentos surgem de uma insatisfação com a classe

política, que pode ser proveniente da Operação Lava Jato, por exemplo, como argumentam Nascimento & Becker (2021); mas também da falta de disposição ou lentidão dos partidos em renovar seus quadros, já que um dos movimentos de renovação, o Livres, é uma iniciativa que proveniente do PSL (OLIVEIRA & MACEDO, 2020).

Moura (2019) ao estudar a interação entre os MRPs e os partidos políticos na dinâmica eleitoral de 2018 aponta para o fato de como tais organizações, apesar de recentes, conseguiram impactar de forma significativa o pleito de 2018. Ao analisar o Movimento Agora! ,Renova BR e Movimento Acredito, o pesquisador mobiliza a literatura sobre movimentos sociais e representação política, apesar dos MRPs terem um dinâmica com contornos muito semelhantes aos Partidos.

“Os três Movimentos de Renovação Política são recentes, com modelos organizacionais que se distinguem das formas geralmente estudadas na dinâmica política brasileira, com importante capacidade organizacional e com propósitos de mudança social por meio de repertórios estratégicos, mas sem o estabelecimento de bases sociais bem definidas. Contudo, foi possível observar que já tiveram um importante impacto na dinâmica política e principalmente na representação eleitoral brasileira, com candidatos eleitos e alianças estabelecidas com partidos políticos, que trouxeram visibilidade e questionamentos acerca desses Movimentos.” (MOURA, 2019, p. 179)

Muitos especialistas classificam esses movimentos como desafiadores dos partidos políticos, já que recrutam e formam candidatos. No entanto, podemos considerar como hipótese que esses movimentos, organizados pela sociedade civil, possam, na verdade, cooperar para a renovação e democratização do processo de recrutamento parlamentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Outsiders* não são necessariamente novatos, e não se pode presumir que sejam "rebeldes" políticos antes de um teste empírico. A presença desses atores políticos nem sempre indica um cenário de instabilidade e crise política, mas revela a transformação da representação política e até mesmo um processo de democratização da representação. Isso é especialmente verdadeiro quando se considera a presença de mulheres outsiders e grupos minoritários historicamente excluídos do acesso à política institucional.

Segundo nossa hipótese, o ano de 2018 elegeu mais outsiders em comparação com as eleições anteriores de 2014, e a maioria dos outsiders foi eleita por partidos de direita, conforme o resultado de nossas amostras. Os outsiders têm um perfil mais jovem, com idade média entre 25 e 30 anos. Em 2018, esse grupo mais jovem teve participação em Movimentos de Renovação Política (MRP).

Em 2014, mas principalmente em 2018, as ocupações profissionais mais comuns passaram a ser aquelas ligadas às igrejas evangélicas, e sobretudo às profissões ligadas à segurança pública. O estudo de Machado & Quadros (2018) é relevante para entender o "fim da direita envergonhada" no Congresso Nacional.

Diante desse indicador, as igrejas evangélicas e o MRP aparecem como importantes instâncias de formação de lideranças por parte dos grupos da sociedade civil interessados em determinadas agendas e que pretendem fazer tais interesses valerem na esfera institucional. Para avaliar esses fenômenos com maior precisão, são necessárias investigações com mais ferramentas e que se dediquem a esses tópicos especificamente.

Neste estudo exploratório sobre outsiders na Câmara dos Deputados, a primeira preocupação foi definir esse ator político e, em segundo lugar, identificar e mapear variáveis e indicadores importantes por meio da composição social desse grupo na Câmara Federal.

Outra variável relevante foi a regional. As regiões de onde eles provêm foram bastante demarcadas, principalmente nas eleições de 2018, concentrando-se majoritariamente no Sudeste.

O crescimento desse grupo pode revelar importantes transformações da representação política no Brasil e nas dinâmicas estabelecidas na formação de elites políticas.

Para analisar esse fenômeno, vimos que é necessário um sistema de análise que permita considerar as diversas dimensões que constituem o fenômeno: o sistema político institucional, o sistema eleitoral e suas características, assim como reconhecer os arranjos políticos locais e regionais (KERBAUY, 2005; BOLOGNESI, 2010) que se transformaram em sub-sistemas que regionalizam a atividade político-eleitoral no país.

Aqui tentamos conectar duas abordagens já conhecidas na literatura da Ciência Política Brasileira a respeito das conformações de carreiras e trajetórias políticas: a que leva em consideração a composição social dos atores políticos (RODRIGUES, 2002 apud. BOLOGNESI, 2010) e a que se dedica a analisar a relação entre os partidos políticos e seus candidatos (LAMOUNIER, 2001).

Em suma, a ascensão de *outsiders* na política brasileira é um fenômeno complexo e multifacetado que requer uma análise cuidadosa e aprofundada. Ainda assim, é possível identificar algumas tendências e fatores que contribuem para o seu surgimento e sucesso eleitoral, incluindo a insatisfação com a política tradicional, a transformação da representação política e a emergência de novas formas de organização e mobilização da sociedade civil.

Por fim, destacamos que este trabalho apresenta uma análise inicial sobre a ascensão dos *outsiders* na política brasileira, um fenômeno complexo e multifacetado que requer uma análise cuidadosa e aprofundada. Embora tenha sido possível identificar algumas tendências e fatores que contribuem para o surgimento e sucesso eleitoral desses atores políticos, há ainda lacunas e limitações importantes que precisam ser abordadas em futuras pesquisas.

Uma dessas limitações é a lentidão na aquisição de dados para análises mais precisas e detalhadas, que impedem a consideração de dimensões importantes, como raça, etnia e processo de seleção dos *outsiders*. Além disso, a análise se concentra apenas nos eleitos e não em todos os candidatos, o que pode limitar a compreensão do fenômeno como um todo. Outra lacuna é a falta de análise sobre estados sub-representados e sobre-representados, suas formas de competição e estratégias, e como os *outsiders* conseguiram se eleger em determinadas regiões.

Apesar dessas limitações, o trabalho destaca alguns fatores que contribuíram para o crescimento dos *outsiders* em 2018, como a insatisfação com a política tradicional, a transformação da representação política e a emergência de novas formas de organização e mobilização da sociedade civil. Além disso, a transformação institucional e legislativa, juntamente com eventos como a Operação Lava Jato, foram fatores importantes que contribuíram para esse fenômeno.

No entanto, é importante ressaltar que o fenômeno da ascensão dos outsiders na política não pode ser considerado, de forma automática, como um sintoma de crise. É necessário avaliar o tipo de outsider, seu partido, posição política, atuação e o contexto de sua emergência eleitoral, bem como os fatores que contribuíram para seu sucesso eleitoral.

Essas considerações destacam a importância de uma análise mais abrangente e aprofundada sobre a ascensão dos outsiders na política brasileira, que leve em conta não apenas os aspectos quantitativos, mas também os contextos políticos, sociais e institucionais que influenciam a emergência e o sucesso desses atores políticos.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Partidos em transe: as eleições de 2018 como momento de ruptura. *Ecopolítica Papers*, 2021.

ALVES, Vinícius Silva. Comportamento eleitoral, coordenação partidária e efeito coattails no Brasil: como as eleições para o executivo influenciam o voto para deputado federal? 2019. 135 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ABCP DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO, 12, João Pessoa, ALVES, M. V. C. & OLIVEIRA, A.B. “POR QUE AS MULHERES OBTIVERAM MAIS CADEIRAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2018?”. *Anais*, 2020.

AMES, Barry. 2003. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

ASPINALL, E. (2015) Oligarchic populism: Prabowo subianto’s challenge to Indonesian democracy. *Indonesia*, s/v(99), pp. 1–28. <https://doi.org/10.5728/indonesia.99.0001>

BABIRESKI, F. R.; MATTOS ROEDER, K. A IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E A SELEÇÃO DE CANDIDATOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 EM CURITIBA. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 4, n. 3, 5 dez. 2019.

BARBERÀ, O. et al. (EDS.). *Digital Parties*. Cham: Springer International Publishing, 2021.

BARR, Robert. *Populists, Outsiders and Anti-Establishment Politics, Party Politics*, 2009 15: 29 DOI: 10.1177/1354068808097890

BRAGA, Maria do Socorro. O processo político partidário e as eleições de 2006. In: *Política e Sociedade*, v. 10. 2007.

BRAGA, Maria do Socorro S. “Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo.” *Opinião Pública* 14, no. 2 (Novembro): 454-485. 2008

BRAGA, M. do S., & Zolnerkevic, A. Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 26(1), 1–33.2008, 2020. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8659514>

BRAGA, M. DO S. S.; BOLOGNESI, B.. Dossiê recrutamento político e seleção de

candidatos nas democracias contemporâneas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 5–9, jun. 2013.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos de direita. *Dados rev. ciênc. sociais* 66 (2) • 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>>.

BOLOGNESI, B. Caminhos para o poder: a seleção de deputados federais para as eleições de 2010. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Braga. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2013.

BOLOGNESI, B. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 45-68, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200004>

BOUMA, Vincent. *Outsiderism: The Origins of an American Tradition or, the Denouement of Democracy*. North American Studies, Leiden University, 2016. Disponível em: <https://studenttheses.universiteitleiden.nl/access/item%3A2667113/view>

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. N.p.: Editora Zuko. 2011.

CAMPOS, G; MESQUITA, G. Eleições 2018 e perspectiva para o novo governo. *Cadernos Adenauer XIX*, nº1, Rio de Janeiro, 2019.

CARRERAS, Miguel. “The rise of outsiders in Latin America, 1980-2010: An institutional perspective.” *SAGE Journals* 45 (12) (November 26, 2012): 33. 2012. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414012445753>.

CASULLO, María Esperanza. *¿Por qué funciona el populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2019.

CATELANO, O & CURI, H. *Partidos conservadores no Brasil do Século XXI (2002-2018)*. X Congresso Latinoamericano de Ciência Política (Alacip). Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto de 2019.

CODATO, Adriano, Lobato, Tiemi e Castro, Andréa Oliveira. “VAMOS LUTAR, PARENTES!” As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2017, v. 32, n. 93 [Acessado 22 Janeiro 2022] Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/329302/2017>>. Epub 19 Dez 2016. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.17666/329302/2017>.

CODATO, Adriano, Fábila Berlatto, Bruno Bolognesi. n.d. “Tipologia dos partidos políticos de direita no Brasil.” *Análise Social* 53 (229).

CROSS, William P., and Richard S. Katz, eds. 2013. *The Challenges of Intra-Party Democracy*. N.p.: OUP Oxford.

CURI, Henrique, and Otávio Caetano. 2019. “Partidos conservadores no Brasil do século XXI (2002-2018).” *ALACIP*. p. 1-25.

DANTAS, Eric Gil; ROEDER, Karolina Mattos. Partido, gênero e cor: a seleção de candidatos no PSTU nas eleições gerais de 2014. *Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, Curitiba*, v. 2, n. 4, p. 1-14, jan. 2015.

DE MORAIS OLIVEIRA, L.; GONDO MACEDO, R. Movimentos de renovação política no Brasil: O engajamento da sociedade civil na era digital. *Agenda Política*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 107–123, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2020.2.6. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/358>.

DUNN, John. *A história da democracia: um ensaio sobre a libertação dos povos*. Tradução: Bruno Gambarotto. Editora Unifesp, 2016.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HAZAN, R. Y.; RAHAT, G. Democracy Within Parties: Candidate Selection Methods and Their Political Consequences. Oxford University Press, 2010

KERBAUY, M. T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, v. 11, Opinião. Pública, 2005.n 11(2), p. 337–365, out. 2005.

LEACH, Darcy K. 2005. “The iron of what again? Conceptualizing Oligarchy Across organization forms.” *Sociological Theory* 23 (3): 312-337.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO DIGITAL) 364 p.

LIMA, Iana Alves de. AMBIÇÃO EXECUTIVA OU CARREIRAS DESCONTINUADAS NO LEGISLATIVO? UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DE TRAJETÓRIAS POLÍTICAS NO BRASIL. AT SOCIOLOGIA POLÍTICA. ABCP, 2018.

LIMA, Iana Alves de; ALVES, Vinicius Silva; Anne Karoline R. Vieira. O novo sempre vem? Representação e renovação parlamentar na Câmara dos Deputados (1998-2015)

LIMA Jr., Olavo Brasil de. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAYORGA, René A. 2008. Outsiders políticos y neopopulismo: el camino a la democracia plebiscitaria. Editada por Ana M. Bejarano, Eduardo Pizarro Leongómez, e Scott Mainwaring. Bogotá: Grupo Editorial Norma.

LINZ, Juan. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, 1(1), 51-69, 1994.

MARENCO, André e SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2007, v. 22, n. 64 [Acessado 21 Janeiro 2022] , pp.

93-113.

56Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>>. Epub 18 Jan 2008. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>.

MARQUES, Carlos José. Os outsiders estão em alta para 2018. Revista Época, 2017.

Disponível em: <https://istoe.com.br/os-outsiders-estao-em-alta-para-2018/>

MARTINS, Thaís Cavalcante; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O PERFIL DA ELITE POLÍTICA LOCAL: UMA ANÁLISE DA AUTOPERCEPÇÃO DOS VEREADORES SOBRE A REPRESENTAÇÃO. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 8, n. 2, 2017. ISSN 2236-451X. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i2.51400>.

MEDEIROS, Rogério. Eleições de 2018: algumas reflexões. TRE-MG. 2019. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Fevereiro/eleicoes-de-2018>.

MENEGUELLO, R; KERBAUY, M. T. M. Política em São Paulo: uma análise da dinâmica político-partidária no estado. Organização de Rachel Meneguello, Maria Teresa Miceli Kerbauy. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2020. 384 p., il. ISBN 9786586253412 (broch.).

MESQUITA, Lara; CAMPOS, Gabriela. Reforma política: o impacto das novas leis no pleito de 2018. KONRAD ADENAUER, 2019.

MICHELS, Robert. 1982. In Sociologia dos Partidos políticos. Brasília, DF: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luis F. 2003. “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis para a eleição do Congresso Brasileiro.” Revista Sociologia Política 20 (Junho): 20. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23. 2006.

MOURA, Gabriel Vieira de. A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018. 2019. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NASCIMENTO, J. F., & BEKER, M. H. (2021). Operação Lava Jato, Alterações de rótulos e o indicativo de realinhamento partidário entre 2014 e 2018. E-Legis – Revista Eletrônica Do Programa De Pós-Graduação Da Câmara Dos Deputados, 14(35), 297–323. <https://doi.org/10.51206/e-legis.v14i35.670>

NETO, Gilson A. 2019. “Meios de comunicação e atalhos na carreira política: entendendo os outsiders a partir das eleições de 2018.” Periódicos UFES 1, no. 5 (11): 16.

NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, v. 49, n. Dados, 2006 49(4), p. 689–720, 2006.

NORRIS, Pipa. Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997. Revista Sociologia & Política, V. 21, Nº 46: 11-35, 2013.

PADILHA, Rafael Linhares. OUTSIDERS NA POLÍTICA E OUTLIERS NAS REDES: UMA ANÁLISE DO USO DAS MÍDIAS SOCIAIS PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO SUL E DO NORDESTE. In: Seminário Discente de Ciência Política, 2020, Curitiba. Anais do I Seminário Discente de Ciência Política. Curitiba:PPGCP/UFPR, 2020. p. 1018.

PAIVA, Denise, Vinicius S. Alves. 2020. “O voto dos desiludidos: a ascensão de um prefeito outsider e o declínio dos partidos tradicionais em São Paulo.” In Eleições municipais: novas ondas na política, 24. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PANEBIANCO, Angelo. 2005. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. N.p.: Martins Fontes.

PERISSINOTTO, R. & BOLOGNESI, Bruno. *Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)*. Brazilian Political Science Review (Online), 2010.

PHILLIPS, Anne. 2011. O que há de errado com a democracia liberal? Revista Brasileira de Ciência Política, no. 6, pp. 339-363.

PICUSSA, R. O que sabemos sobre outsiders na política? Uma revisão de escopo. In: CODATO, Adriano; GABRIEL, Gabriela; SAINZ, Nilton; BITTENCOURT, Maiane & Silva, Rodrigo da. Investigações sobre políticos profissionais, Curitiba, 2021.

PIMENTA & BITTENCOURT. 2021. “Custeio do Partido NOVO: tipos de financiamento que os candidatos a vereadores adotam.” In A profissão política: investigações sobre políticos profissionais no Brasil, 500-526. Curitiba: Massimo.

PRZEWORSKI, Adam. Crises da Democracia. Editora Zahar. 2020. Parte III. O futuro? Pp. 173-234

PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. Novos Estudos Cebrap, 1984.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis e Madeira, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. Opinião Pública [online]. 2018, v. 24, n. 3 [Acessado 23 Janeiro 2022], pp. 486-522. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>>. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>.

RIBEIRO, Guilherme; D'ARAÚJO, Maria Célia Soares. Experiência parlamentar e trajetórias dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002: quebrando mitos. Política & Sociedade, 2019.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. Rev. bras. Ci. Soc., 2002 17(48), p. 31–47, fev. 2002.

MARENCO, A. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 33(s/n), 1997.

MAINWARING, S. Presidentialism, multipartism, and democracy: The difficult combination. Comparative Political Studies, 26, 198-228, 1993.

MAYORGA, R. Outsiders and neopopulism: The road to plebiscitary democracy. In S. Mainwaring, A. M. Bejarano, & E. Pizarro Leongómez (Eds.), The crisis of democratic representation in the Andes (pp. 132-170). Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

MOUNK, Yascha. (2018). O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre

perigo e como salvá-la? São Paulo. Companhia das Letras. Cap 1, 2 e 3

MOISÉS, José A. e WEFFORT, Francisco (2020) Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer. Parte II (p.111-134).

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: \_ Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Org.: BIROLI, F. Editora Unicamp, 2020.

SAMUELS, D. J.; Shugart. "Insiders and outsiders: Madison's Dilemma and leadership selection." In Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior, 62-91. N.p.: Cambridge University Press, 2010.

SCHAEFER, B. M., & Leme Barbosa, T. A. "A opção pelos insiders": O financiamento como variável para o entendimento do campo político. *Conversas & Controvérsias*, 4(1), 28-48. Recuperado de

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/26955>.

SECCHI, Leonardo, Wink, Marcos Vinicio e Moraes, Cryslan Jorjan de Crowdfunding e desempenho eleitoral no Brasil: análise estatística das eleições para deputado federal em 2018. *Revista de Administração Pública* [online]. 2021, v. 55, n. 5 [Acessado 29 Julho 2022], pp. 1191-1214. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200876>>. Epub 21 Jan 2022. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200876>.

\_\_\_\_\_. "Parties' " Presidential Dilemmas" in Brazil and México." In Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior, 193-218. N.p.: Cambridge University Press.

SPECK, Bruno W.; CAMPOS, Mauro Macedo. Questionando a tese da cartelização: o financiamento das organizações partidárias no Brasil (1998-2016). *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 27, no 3, set.-dez., p. 923-959, 2021.

SIAVELIS, P. M., & Morgenstern, S. (2008). Political recruitment and candidate selection in Latin America: A framework for analysis. In P. M. Siavelis & S. Morgenstern (Eds.), *Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America* (pp. 3-38). University Park: Pennsylvania State University Press.

SUÁREZ, W. C. (1982). *El poder ejecutivo en América Latina: su capacidad operativa bajo*

regímenes presidencialistas de gobierno [The executive power in Latin America: its operative capacity under presidential systems of government]. *Revista de Estudios Políticos*,.

STEPAN, Alfred & LINZ, Juan. (1996). “Parte 1 – Panorama Teórico”. In *A Transição e Consolidação da Democracia*. São Paulo, Editora Paz e Terra. Pp. 21 a 109. Cap 1- 5.

TORCAL; MONTERO & GUNTHER. “Ciudadano y partidos en el sur de Europa: Los sentimientos antipartidistas”

TRONCONI, F. The Italian Five Star Movement during the Crisis: Towards Normalisation? *South European Society and Politics*, 23(1),2018. <https://doi.org/10.1080/13608746.2018.1428889>

TROYANO, Sergio Gamboa. 2020. “Jair Bolsonaro: entre el repliegue reaccionario y el populismo de extrema derecha”. *Revista Sociedad*. 40 (May-October):(132-156) <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/revistasociedad/article/view/5606>.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; Kaysel, André; Cotas, Gustavo (Orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, 304 p.

VINHA, Luis Miguel. da. Vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2018, v. 26, n. 66 [Acessado 21 Janeiro 2022] , pp. 7-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987318266601>>. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/1678-987318266601>.

## **APÊNDICES**

### **PSL: COMPOSIÇÃO SOCIAL E ASPECTOS PROGRAMÁTICOS**

#### **GERAIS DO PARTIDO**

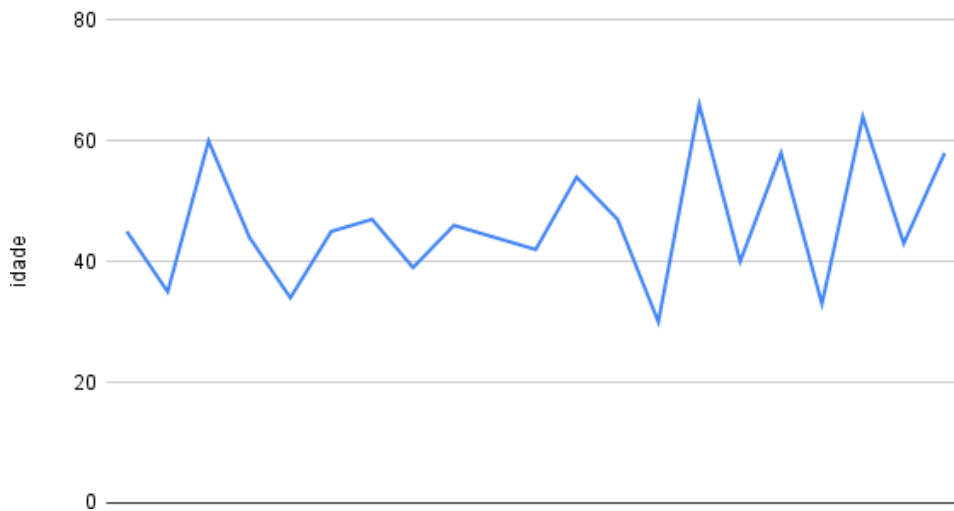
O PSL, criado em 1994, pelo empresário Luciano Bivar, foi registrado em 1998, nas eleições de 2018, elegeu, em grande parte, candidatos com ocupações profissionais bastante alinhadas ao programa ideológico do Partido: policiais, militares e advogados, um aspecto que, assim como no caso do Partido NOVO, representa diretamente a identidade e programa ideológico do partido.

No programa apresentado pelo partido, é argumentado que o partido se preocupa com a segurança pública, ao defender pautas como armamento e intensificação de investimento na área; tema com grande apelo no eleitorado brasileiro, devido aos altos índices de violência e insegurança pública, como afirmam Madeira e Quadros (2017).

Enquanto a média de idade dos deputados eleitos à Câmara é 36 anos do PARTIDO NOVO, no PSL é de 42 anos, se aproximando do padrão da média etária dos parlamentares brasileiros (CODATO, 2018).

**GRÁFICO :** Faixa etária dos *outsiders* do PSL em 2018

### Idade dos (as) outsiders do PSL

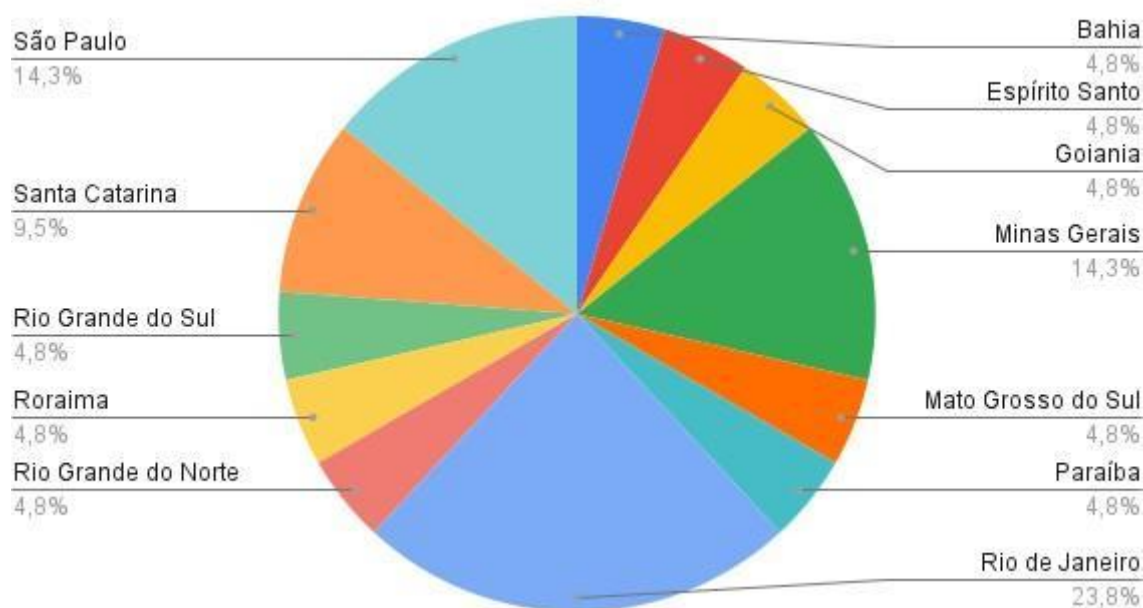


Elaboração própria com base nos dados disponibilizados na Câmara dos Deputados

Ressalta-se que o PSL foi o partido que mais elegeu outsiders, segundo a nossa definição, além de se tornar a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, a partir de 2018. Uma hipótese plausível é que pode-se ter operado o efeito coattails, que acontece quando eleições para o executivo e legislativo são realizadas de maneira simultânea, de forma que o candidato presidencial “*puxa*” votos para os candidatos do partido.

Nesse sentido, também é importante levantar a hipótese de que se os candidatos do PSL, à Câmara, foram ou não beneficiados, de forma simbólica e financeira, com a campanha de Bolsonaro à presidência. Um caminho interessante para averiguar tal ocorrência seria avaliar o conteúdo das campanhas dos parlamentares, se eles se associaram ou não ao candidato presidencial e, também, quais modalidades de arrecadação de recursos foram mais utilizadas por eles, assim como investigar as motivações da doação de pessoas físicas para as campanhas destas candidaturas.

**GRÁFICO** – Estados com maiores bancadas de *outsiders* (PSL)

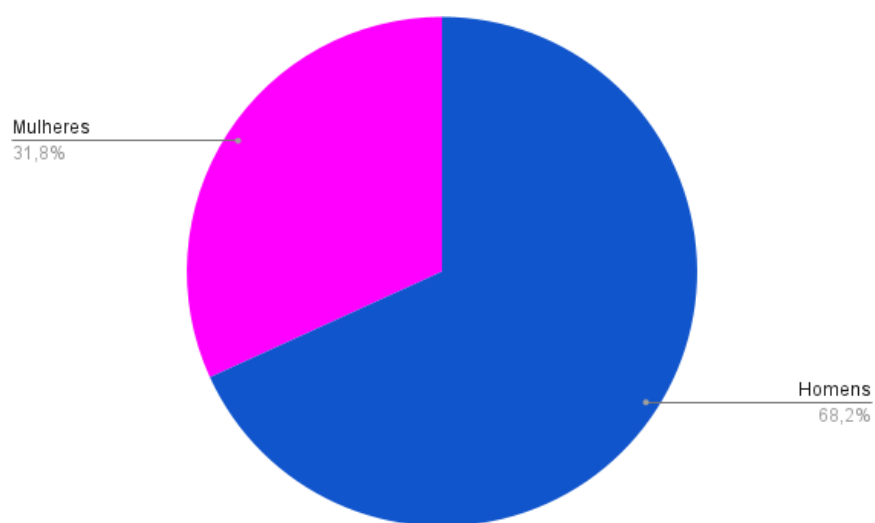


Fonte: Elaboração própria com dados das eleições de 2018 compilados do TSE

Outro aspecto relevante é a distribuição demográfica dos *outsiders* eleitos (PANEBIANCO, 2005; BABIRESKI & ROEDER). O PSL elegeu a maior parte de suas candidaturas *outsiders* no 1) Rio de Janeiro (23,8%); 2) Minas Gerais (14,3%); 3) São Paulo e 4) Santa Catarina (9,5%). Codato, Bolognesi & Roeder (2015) apontavam que o fenômeno eleitoral da “*nova direita*” no Brasil estava concentrado em regiões geográficas bastante definidas: o Sudeste e Sul do país.

O fato de que a maior parte dos *outsiders* eleitos pelo PSL estão alocados nesta região, além do fato de ser um partido posicionado no campo conservador eleitoral, reforça a hipótese de que a ascensão de *outsiders* nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2018, teve uma motivação ideológica, tanto pela demanda e oferta de tais candidaturas no mercado eleitoral (CODATO, BOLOGNESI & ROEDER, 2015).

## GRÁFICO - Quantidade de mulheres e homens *outsiders* no PSL em 2018



Fonte: Elaboração própria com dados compilados do TSE

E, por fim, algo que diferencia o PSL dos outros 2 partidos que mais elegeram *outsiders* foi o fato de ser o único partido a ter mulheres *outsiders* eleitas, com o percentual de 31,8%, mas ainda assim os homens foram maioria, com 68,2%.

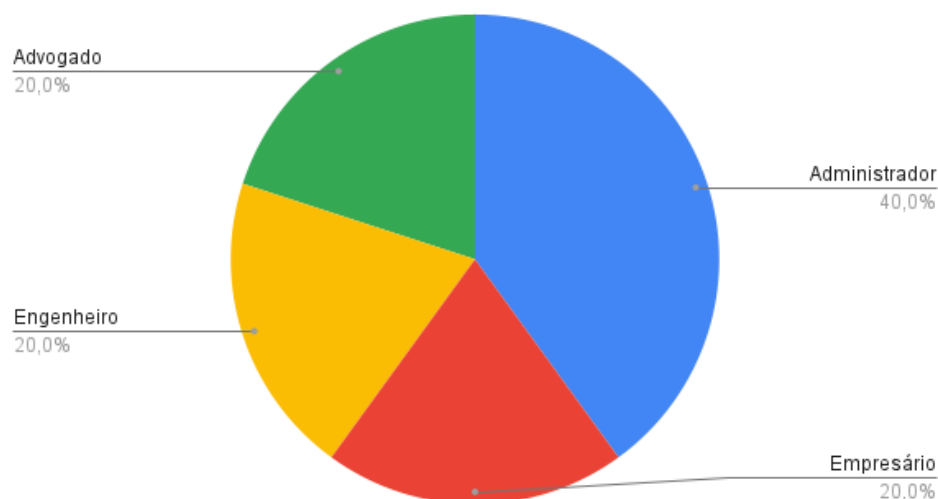
## PARTIDO NOVO: COMPOSIÇÃO SOCIAL PROGRAMÁTICOS GERAIS DO PARTIDO E ASPECTOS

O partido NOVO, criado em 2011 e registrado no TSE em 2015, é conhecido pelo seu programa de defesa do “*Estado mínimo*”: a diminuição do aparato estatal e aumento das atividades do setor privado (PIMENTA & BITTENCOURT, 2021).

A maior parte dos parlamentares do partido são empresários, advogados ou engenheiros. O fato de haver empresários, para além de um padrão de carreira política já identificado por Santos (1997) e Codato, Costa & Massimo (2012), também pode estar ligado a sua própria proposta programática: de defesa do mercado; e nada melhor que empresários, representantes da propriedade privada, para representar essa ideologia do partido.

**GRÁFICO:** Ocupação profissional dos *outsiders* do Partido NOVO

Ocupações profissionais- Partido NOVO



Elaboração própria com base na base de dados do TSE.

Um aspecto relevante sobre é a posição do partido diante do financiamento público e eleitoral, combinado ao perfil de seus candidatos. Secchi, Junior & Moraes (2018) identificaram que o partido foi um dos que mais lançaram mão da estratégia de arrecadação de recursos através do *crowdfunding*<sup>1</sup> para a campanha eleitoral. Os autores indicam que há uma correlação positiva entre esta estratégia de campanha e o sucesso eleitoral. Segundo o estudo, os partidos e candidatos que utilizaram o *crowdfunding* tiveram 5,5 % mais chance de vitória que os outros candidatos (SECCHI, JUNIOR & MORAES, 2018).

Nesse sentido, podemos questionar se os (as) candidatos (as) do partido NOVO tendem a autofinanciar-se e se os recursos próprios podem ter auxiliado na seleção de suas candidaturas e, posteriormente, em seu sucesso eleitoral. Formulando melhor a questão: candidatos *outsiders* que se auto financiam têm chances maiores de ingressar na política? (SAMUELS & SHUGART, 2010 & SCHAEFER, 2017) ou as chances, na verdade, estiveram ligados à modalidade de campanha adotada- o *crowdfunding*? Já que além de ser uma modalidade alternativa emergentes após a proibição de doação empresarial realizada em 2015.

Secchi, Junior & Moraes (2018) apontam que além da questão do financiamento, o *crowdfunding* também pode gerar alguns aspectos comportamentais, como ganhos simbólicos, pela legitimidade que tal modelo pode proporcionar à candidatura, financiada por apoiadores e se distanciar de modelos tradicionais.

O *crowdfunding* surgiu como forma de financiamento eleitoral a partir das eleições municipais de 2016, mais precisamente, com a campanha de Marcelo Freixo (PSOL), candidato à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Em 2017, o TSE regulamentou a modalidade de arrecadação de recursos através da Lei nº 13.488, sendo as eleições de 2018 as primeiras em aplicar o modelo de forma ampla e maciça (SECCHI, JUNIOR & MORAES).

Pimenta & Bittencourt (2021) analisaram a modalidade de financiamento mais adotada pelo NOVO nas eleições municipais de 2020. Segundo os autores, os candidatos do Partido arrecadaram recursos, majoritariamente, através de recursos doados por pessoas físicas.

O fato do estatuto do partido se posicionar contrário a utilização de dinheiro público, estando alinhado ao seu programa e posição ideológica, fizeram com que Pimenta & Bittencourt (2021) levantassem a hipótese de que os candidatos do Partido, com maiores chances de vitória, fossem aqueles com maior capacidade de autofinanciamento e com influência e

competência suficiente de conseguir uma quantia de recursos por doação de pessoas físicas de forma considerável.

Além da “*novidade*” de arrecadação de recursos, adotada pelo Partido de forma intensiva, outra dimensão se mostra muito relevante para entender a escolha de *outsiders* pelo partido. É importante ressaltar que se trata de um partido recente, e, que, portanto, o seu período de longevidade também pode influenciar na maneira e forma de seleção de seus candidatos (PANEBIANCO, 2005; SANTOS e SERNA, 2007).

O próprio estatuto do Partido aponta que a organização recruta e seleciona candidatos que não estiveram na esfera político-partidária antes. Tal posição está ligada a intenção e tentativa de renovação política por parte do Partido, que anuncia e tenta se distanciar da política tradicional já a partir do nome: “*NOVO*”.

Outro ponto relevante que é encontrado no programa e estatuto do Partido, é o requisito de além de não ter experiência política/partidária anterior, também ter “*ficha-limpa*”, válido tanto para os filiados quanto para os candidatos. Além de limitar o “*carreirismo político*”, ao vetar a reeleição em âmbito legislativo, com o objetivo de haver uma renovação política constante nos quadros eleitos pelo partido (PIMENTA & BITTENCOURT, 2021).

Podemos sugerir, diante destas informações, que o Partido NOVO, possivelmente, sempre tente recrutar e selecionar candidatos *outsiders*, já que a proposta do Partido tem a ver com a renovação política e quebra de uma forma de fazer carreiras políticas, com a hipótese de que tal movimento de limitação, pode gerar mais eficiência na administração pública.

<sup>1</sup> *Crowdfunding* consiste em uma modalidade de arrecadação de recurso, em outras palavras, é um financiamento coletivo de algum projeto, através de múltiplas formas de financiamento, feito, geralmente, por pessoas físicas. Seria o que, popularmente no Brasil, é conhecido como “*vaquinha*”

*Secchi, Junior & Moraes (2018) apontam que além da questão do financiamento, o crowdfunding também pode gerar alguns aspectos comportamentais, como ganhos simbólicos, pela legitimidade que tal modelo pode proporcionar à candidatura, financiada por apoiadores e se distanciar de modelos tradicionais.*

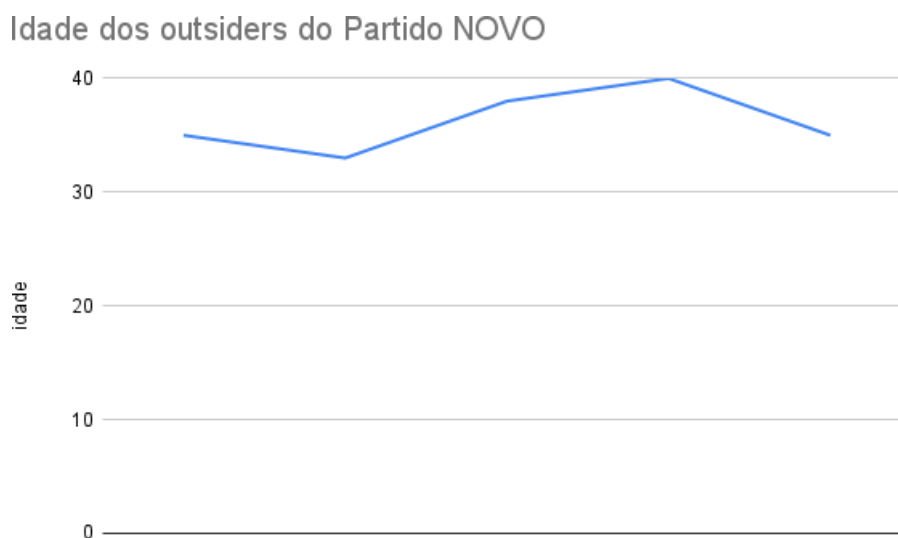
*O crowdfunding surgiu como forma de financiamento eleitoral a partir das eleições municipais de 2016, mais precisamente, com a campanha de Marcelo Freixo (PSOL), candidato à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Em 2017, o TSE regulamentou a modalidade de arrecadação de recursos através da Lei nº 13.488, sendo as eleições de 2018*

as primeiras em aplicar o modelo de forma ampla e maciça (SECCHI, JUNIOR & MORAES).

Pimenta & Bittencourt (2021) analisaram a modalidade de financiamento mais adotada pelo NOVO nas eleições municipais de 2020. Segundo os autores, os candidatos do Partido arrecadaram recursos, majoritariamente, através de recursos doados por pessoas físicas.

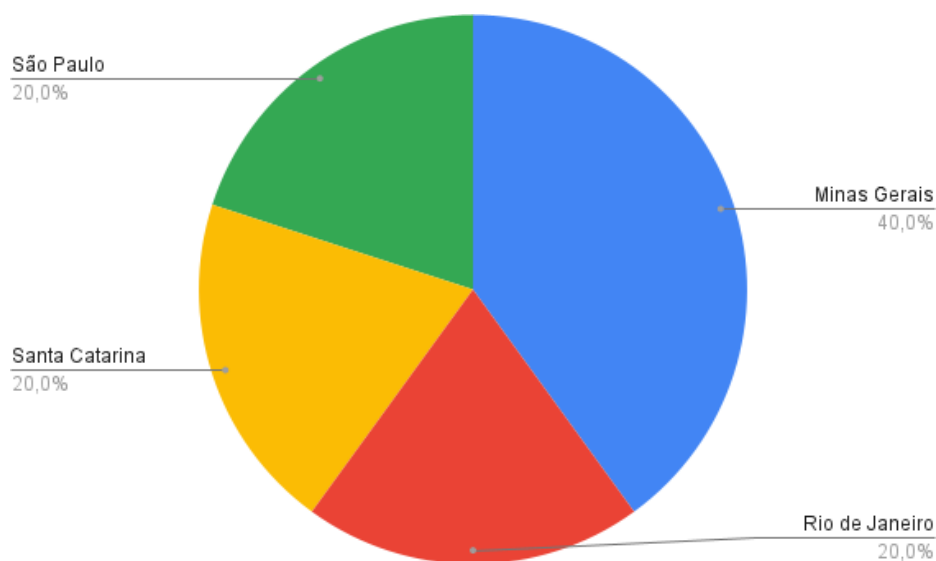
O fato do estatuto do partido se posicionar contrário a utilização de dinheiro público, estando alinhado ao seu programa e posição ideológica, fizeram com que Pimenta & Bittencourt (2021) levantassem a hipótese de que os candidatos do Partido, com maiores chances de vitória, fossem aqueles com maior capacidade de autofinanciamento e com influência e competência suficiente de conseguir uma quantia de recursos por doação de pessoas físicas de forma considerável.

**GRÁFICO :** Faixa etária dos outsiders do Partido NOVO nas eleições de 2018



Elaboração própria com base nos dados disponibilizados no site da Câmara dos Deputados

**GRÁFICO:** Distribuição regional dos outsiders do Partido NOVO nas eleições de 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE

*Quanto à distribuição regional, o novo elegeu seus deputados majoritariamente na região Sudeste e Sul do Brasil, aproximando-se do padrão encontrado no PSL.*

## PRB: COMPOSIÇÃO SOCIAL E ASPECTOS PROGRAMÁTICOS GERAIS DO PARTIDO

*Criado em 2003, com o nome de Partido Municipalista Renovador (PMR), passou a se chamar Partido Republicano Brasileiro (PRB), e, no ano de 2019 passou a se chamar REPUBLICANOS, o PRB tem um programa que defende os valores cristãos e, no campo econômica, os valores liberais.*

*Diferentemente do Partido NOVO e do PSL, o Republicanos não reuniu um perfil profissional específico entre os eleitos; mas algo que chama atenção é o fato do Partido ser um partido ligado à religião. Em um cenário que o evangelismo tem um grande peso eleitoral e na política partidária brasileira atual, fazendo parte inclusive da chamada “nova direita”.*

*A respeito da composição social dos outsiders eleitos pelo PRB, as ocupações profissionais precedentes a carreira parlamentar estão distribuídas entre profissões liberais, que é bastante comum na classe política brasileira (SANTOS, 1997; CODATO, COSTA, MASSIMO, 2012).*

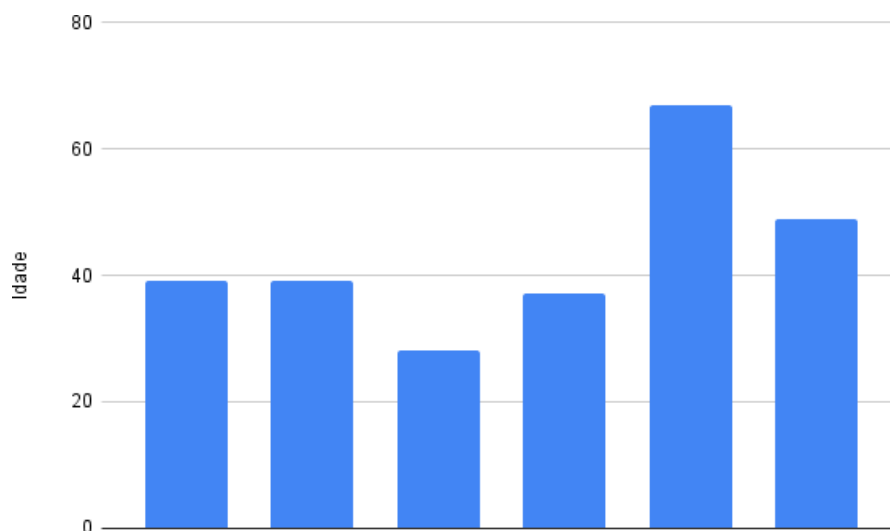
**GRÁFICO:** Ocupações profissionais dos outsiders do PRB nas eleições de 2018



*Fonte: Elaboração própria com dados compilados do TSE*

A faixa etária deste *outsiders* também não está concentrada, a ponto de formar um perfil mais jovem, como foi o caso do Partido NOVO, ou se alinhar ao padrão tradicional, como foi o caso do PSL. Está distribuída, como pode-se observar no Gráfico abaixo.

**GRÁFICO:** Faixa etária dos *outsiders* do PRB nas eleições de 2018



Elaboração própria com dados compilados do TSE

A respeito da participação das mulheres, tanto o Partido NOVO como o PRB não elegeram nenhuma *outsider*, foram todos homens, conforme os achados desta amostra.

Quanto à distribuição regional desses *outsiders*, também segue a tendência de ser diversa e pouco concentrada em apenas uma região.

**GRÁFICO:** Distribuição regional dos *outsiders* do PRB nas eleições de 2018



Fonte: Elaboração própria com dados compilados do TSE

Mais uma vez, o PRB diferencia-se do Partido NOVO e do PSL, ao não ter uma marcação regional específica na eleição de seus *outsiders*, além de terem sido eleitos em Estados no Nordeste e no Norte. Apesar do PSL também ter eleito *outsiders* nessas regiões, ele se concentra nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e, aqui, no caso do PRB, foi eleito 1 *outsider* por Estado, tendo maior distribuição.

Por fim, nossa amostra revelou que, assim como o partido NOVO, o PRB não elegeu nenhuma mulher *outsider*, foram todos homens. Além de ter poucos *outsiders* com parentes na política, dados que serão mostrados na seção posterior, que mostrará os aspectos gerais, englobando todos os partidos, da nossa amostra.

Optamos por separar aspectos que se destacam nos partidos que mais elegeram *outsiders*, para comparar e analisar quais suas especificidades, para depois, mostrar as características gerais dos (as) *outsiders* eleitos (as) à Câmara dos Deputados em 2018.

## ANEXO A

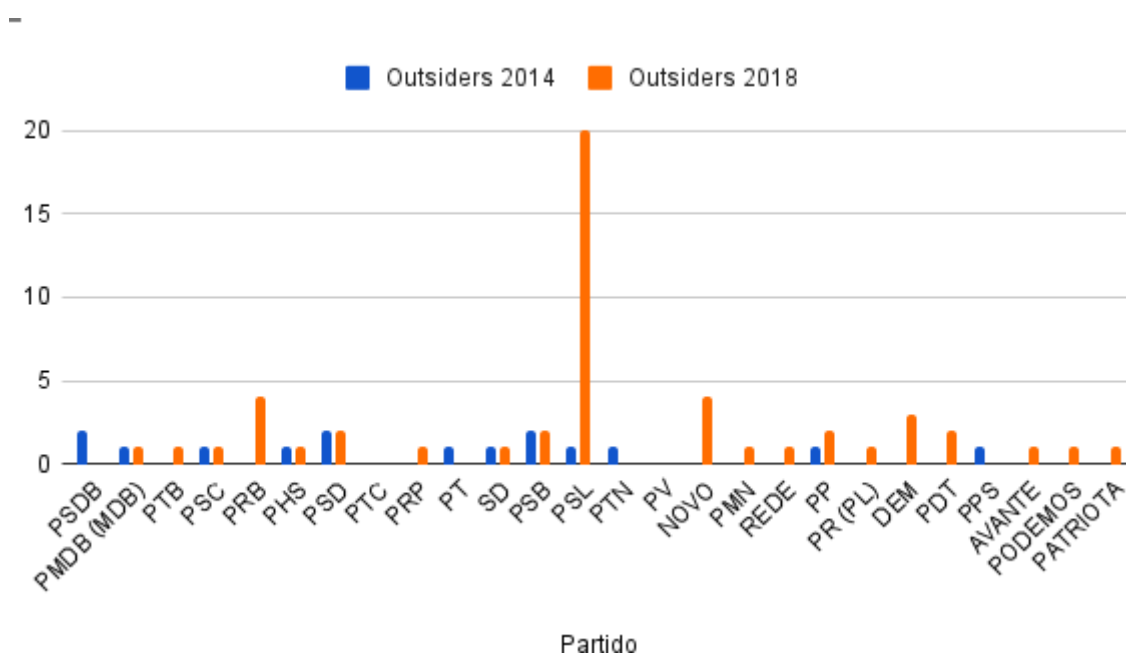
**Tabela: Distribuição regional de *outsiders* comparação 2014 e 2018**

Estado	<i>Outsiders</i> 2014	<i>Outsiders</i> 2018	Variação (%)
AC	1	1	0,00%
AL	0	0	0,00%
AP	0	2	100,00%
AM	0	0	0,00%
BA	0	2	100,00%
CE	2	2	0,00%
ES	0	1	100,00%
GO	2	4	100,00%
MA	0	1	100,00%
MT	0	1	100,00%
MS	0	1	100,00%
MG	1	9	<b>800,00%</b>
PA	1	1	0,00%
PB	0	1	100,00%
PR	2	0	-100,00%
PE	0	1	100,00%
PI	0	0	0,00%
RJ	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>200,00%</b>
RN	0	1	100,00%
RS	0	1	100,00%
RO	0	0	0,00%
RR	0	1	100,00%
SC	0	4	100,00%
SP	4	7	<b>75,00%</b>
SE	0	0	0,00%
TO	1	0	-100,00%
DF	0	3	100,00%

Elaboração própria com base dos dados do TSE

## ANEXO B

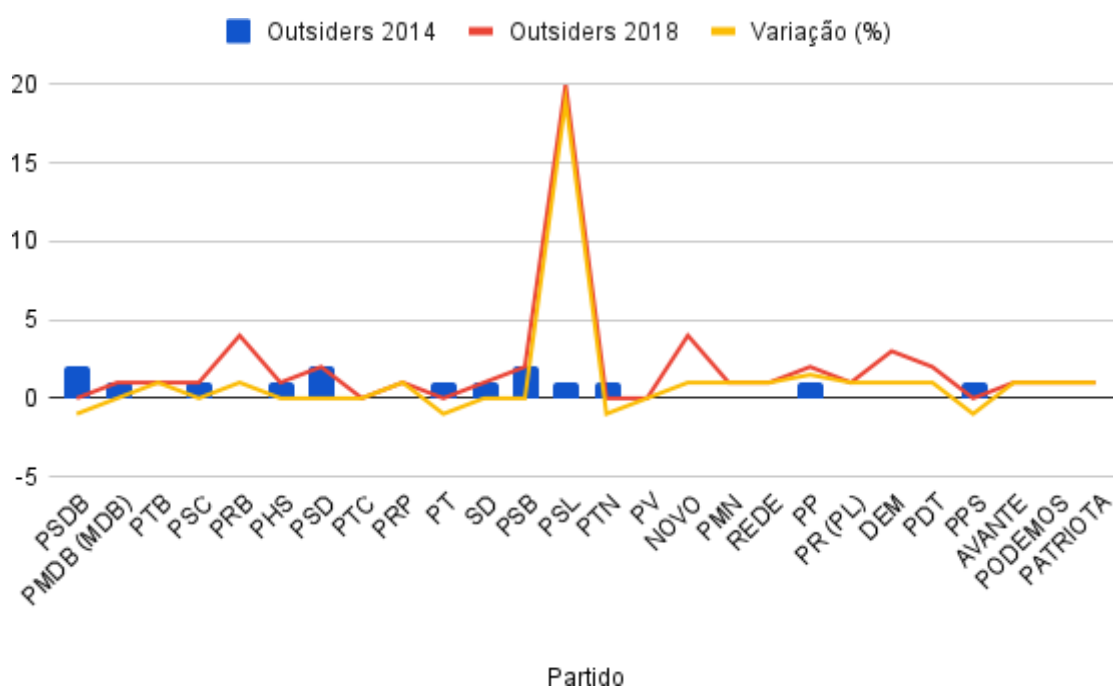
**Gráfico: Representação gráfica dos(as) parlamentares *outsiders* eleitos (as) em 2014 e 2018**



Elaboração própria  
Fonte: TSE Estatísticas Eleitorais

## ANEXO C

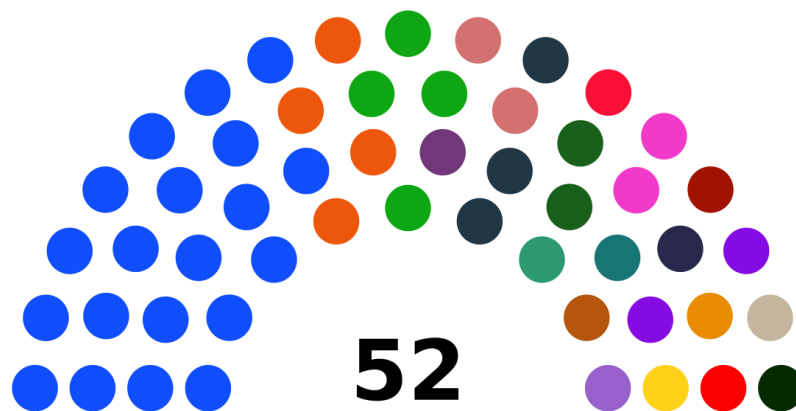
**Gráfico: Representação gráfica dos(as) parlamentares *outsiders* eleitos (as) em 2014 e 2018 e sua variação estatística**



Elaboração própria. Fonte: Estatísticas eleitorais TSE

## ANEXO D

**Diagrama 1: Partidos que elegeram *outsiders* para a Câmara dos Deputados**



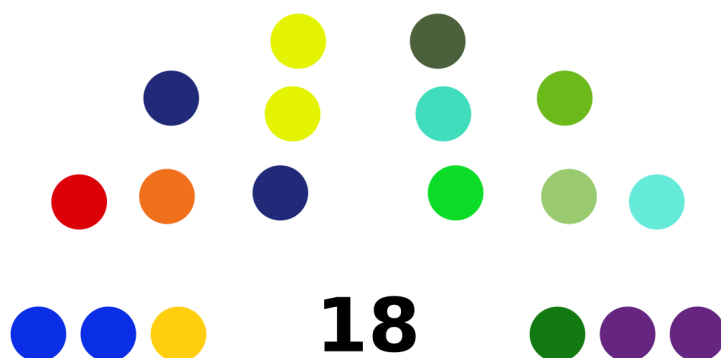
### LEGENDA:

PSL: 20 seats
NOVO: 4 seats
PRB: 4 seats
SOLIDARIEDADE: 1 seat
PSB: 2 seats
DEM: 3 seats
AVANTE: 1 seat
PDT: 2 seats
REDE: 1 seat
PP: 2 seats
PPS: 1 seat
PSC: 1 seat
REPUBLICANOS: 1 seat
PMN: 1 seat
PSD: 2 seats
PATRIOTA: 1 seat
PHS: 1 seat
PODEMOS: 1 seat
PRP: 1 seat
PR: 1 seat
PTB: 1 seat

Elaboração própria com base nos dados do TSE

## ANEXO E

**Diagrama 2: Partidos que elegeram *outsiders* em 2014**



### LEGENDA:

	PSDB : 2 seats
	PSC : 1 seat
	PT: 1 seat
	PSL: 1 seat
	PRB : 2 seats
	PSD : 2 seats
	PMDB: 1 seat
	SD: 1 seat
	PP: 1 seat
	PTC: 1 seat
	PHS: 1 seat
	PPS: 1 seat
	PTN: 1 seat
	PSB: 2 seats

Elaboração própria com base dos dados do TSE<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Disponível no repositório Wikimedia Commons:  
[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil\\_CamaraFederal\\_2014.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_CamaraFederal_2014.svg)

## ANEXO F

<b>Outsiders de 2018</b>
Cymara Fernandes da Rocha (Mara Rocha)
Vanda Denir Milani Nogueira
Pablo Oliva Souza (Delegado Pablo)
Alberto Barros Cavalcante Neto (Capitão Alberto)
Otto Alencar Filho
Dayane Jamille Carneiro dos Santos Pimentel
Antonio Idilvan de Lima Alencar
Pedro Augusto Geromel Bezerra de Menezes
Denis Anderson da Rocha Bezerra
Beatriz Kicis Torrents de Sordi
Luis Claudio Fernando Miranda
Paula Moreno Paro Belmonte
Felipe Rigoni Lopes
Soraya de Souza Mannato
Zacarias Calil Hamu
Glauskston Batista Rios
Adriano Antônio Avelar
Vitor Hugo de Araújo Almeida
Gildenemyr de Lima Souza
André Luis Gaspar Janones
Geraldo Junio do Amaral
Hercílio Araújo Diniz Filho
Igor Tarciano Timo
Tiago Lima Mitraud de Castro Leite
Marcelo Freitas
Alessandra da Silva
Lucas de Vasconcelos Gonzales
Frederico de Castro Escaleira (Doutor Frederico)
Loester Carlos Gomes de Souza (Tio Trutis)
Emanuel Pinheiro da Silva
Wagner Bach Martins (Vavá Martins)
Gulliem Charles Bezerra Lemos (Julian Lemos)

João Henrique de Andrada Lima Campos
Fernando Rodolfo Tenorio de Vasconcelos
Marina Santos Batista Dias
Luisa Canziani dos Santos Silvera
Daniela do Waguinho (Daniela Moté de Souza Carneiro)
Luiz Eduardo Carneiro da Silva de Souza Lima
Luiz Antonio de Souza Teixeira Júnior
Fabiana Silva de Souza Poubel
Gutemberg Reis de Oliveira
Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira
Felício Laterça
Márcio Labre
Wladimir Barros Assed Matheus
Christine Nogueira dos Reis Tonietto
Elieser Girao Monteiro Filho
Dirlaine Jaqueline Cassol
Haroldo Alves Campos
Antonio Carlos Nicoletti
Joenia Batista de Carvalho
Nereu Crispim
Hélio Francisco da Costa
Fabio Luiz Schiochet Filho
Luiz Armando S. Reis
Gilson Marques Vieira
Joice Cristina Hasselman
Kim Patroca Kataguirí
Tabata Cláudia Amaral Pontes
Katia da Silva Sastre
Vinicius Lazzer Poit
Alexandre Frota de Andrade
Marcos Antônio Pereira
Carla Zambelli

## ANEXO G

<b>OUTSIDERS 2014</b>
ALAN RICK
IRMÃO LAZARO
ULDURICO JUNIOR
MACEDO
MOSES RODRIGUES
ALEXANDRE BALDY
GIUSEPPE VECCI
LAUDÍVIO CARVALHO
CHAPADINHA
DIEGO GARCIA
MARCELO BELINATI
EZEQUIEL TEIXEIRA
SÓSTENES CAVALCANTE
ANDRES SANCHEZ
FAUSTO PINATO
FLAVINHO
RENATA ABREU
VICENTINHO JUNIOR